

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Transformações econômicas na África do Sul: As políticas
econômicas dos governos nos 10 primeiros anos pós-apartheid.**

RAFAEL DIAS LAVOR
Matrícula nº 110051656

ORIENTADOR: Prof. Luiz Carlos Delorme Prado

ABRIL 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Transformações econômicas na África do Sul: As políticas
econômicas dos governos nos 10 primeiros anos pós-apartheid.**

RAFAEL DIAS LAVOR
Matrícula nº 110051656

ORIENTADOR: Prof. Luiz Carlos Delorme Prado

ABRIL 2017

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

“... in this new century, millions of people in the world's poorest countries remain imprisoned, enslaved, and in chains. They are trapped in the prison of poverty. It is time to set them free. Poverty is not an accident. Like slavery and apartheid, it is man-made and can be removed by the actions of human beings.”

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Paulo e Leticia, pelo apoio e exemplo dado ao longo de toda a minha vida. Por sempre terem me apontado os melhores caminhos e se esforçado ao máximo para que eu tivesse as melhores condições para perseguir meus sonhos. Sem vocês nenhuma das minhas conquistas pessoais seria possível.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus avós, Rubens e Maria Helena, pela gentileza de mudarem suas rotinas para me receberem tão bem e me proporcionar todo conforto nessa reta final da graduação. Ao meu tio Guilherme, muito obrigado pela guarida e companhia nos primeiros anos de faculdade e por me proporcionar a oportunidade de conhecer a fundo o continente que suscitou a curiosidade para esse trabalho. Aos outros membros da família, agradeço pela força que me dão e carinho que me dedicam. Amo vocês.

Aos meus bons e velhos amigos, obrigado por estarem sempre presentes e participarem de boa parte das histórias que contarei aos meus netos. Saibam que mesmo me atrapalhando nos estudos, vocês são parte dessa vitória. A Carol, pela companhia tão agradável, paciente e imprescindível nesses últimos meses.

Aos colegas de faculdade, sejam eles “diretoria”, “brabos” ou “aperiodais”, um agradecimento pelos inúmeros momentos memoráveis que vivemos juntos durante os anos de graduação, seja nos jogos, congressos, jogos de carta ou discussões intermináveis no CADM. Pela elaboração conjunta de resumos e horas de estudo compartilhadas. Aos meus camaradas e melhor dupla do IE, André e Guilherme, pelo bom humor diário no trabalho e companhia em todos os dias dessa caminhada.

Ao professor de história econômica e meu orientador, Luiz Carlos Delorme Prado, pelas excelentes aulas de HEG III que aumentaram meu interesse pela economia do período abordado pela monografia e posterior ajuda na concretização desse trabalho.

LAVOR, Rafael Dias. **Transformações Econômicas da África do Sul:** As Políticas Econômicas dos Governos nos 10 primeiros anos pós-Apartheid. Orientador: Luiz Carlos Delorme Prado. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2017. 72f.(Trabalho de conclusão de curso de graduação. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

RESUMO

A presente monografia visa mostrar as transformações econômicas ocorridas na África do Sul nos dez primeiros anos de governo democrático pós-Apartheid. Para isso é feita a caracterização das políticas econômicas utilizadas no período e análise de dados sobre o crescimento econômico, política industrial, mercado de trabalho e distribuição de renda no país. Além disso, uma parte é dedicada a apresentar uma perspectiva histórica da África do sul no período compreendido entre a chegada dos europeus na Cidade do Cabo, em 1652 e a crise política, econômica e social que resultou no fim do regime do Apartheid e trouxe diversos desafios para as equipes dos governos de Mandela e Mbeki entre 1994 e 2004.

LAVOR, Rafael Dias. **Transformações Econômicas da África do Sul:** As Políticas Econômicas dos Governos nos 10 primeiros anos pós-Apartheid. Orientador: Luiz Carlos Delorme Prado. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2017. 72f.(Trabalho de conclusão de curso de graduação. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

ABSTRACT

This monograph aims to show the economic transformations occurred in South Africa during the first ten years of democratic government post-Apartheid. In this regard, it does the characterization of the economic policies used in the period and analysis of data on economic growth, employment and income distribution in the country. In addition, a section is dedicated to the overview of the historical perspective of South Africa in the period between the arrival of the Europeans in Cape Town (1652) and the political, economic and social crisis that brought several challenges for Mandela and Mbeki government teams between 1994 and 2004.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - DA CHEGADA DOS EUROPEUS ATÉ A CRISE DA DÉCADA DE 1970: COMO FOI FORJADA A EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA SUL-AFRICANA	
1.1 Primeiros séculos de dominação europeia: a desapropriação dos Khoisan, o tumultuado século XIX e o nascimento do nacionalismo Africânder	10
1.2 A Revolução Mineral da África do Sul	12
1.3 O imperialismo britânico na África do Sul e suas consequências: As guerras dos bôeres e a formação da União Sul-Africana	14
1.4 União da África do Sul: Guerras mundiais, grande depressão e ascensão do partido nacionalista de Malan	16
1.5 Apartheid na década de 50: a implementação do regime, ideias iniciais e primeira fase.....	18
1.6 Apartheid na década de 60: a consolidação do regime	20
1.7 O crescimento do movimento de consciência negra e a mudança no perfil da oposição negra ao regime	21
CAPÍTULO II - A CRISE DO APARTHEID: A FORMAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA A SER COMBATIDA PELO GOVERNO DEMOCRÁTICO	
2.1 O Colapso do Apartheid na década de 70: Estagnação Econômica, mudanças regionais e repercussão internacional	23
2.2 Década de 1980, o caminho do fim: agravamento da crise e início das negociações .	26
2.3 Período de negociações e vitória da ANC nas primeiras eleições democráticas da RAS	28
CAPÍTULO III - ANC NO PODER: AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS 10 PRIMEIROS ANOS PÓS-APARTHEID DA ÁFRICA DO SUL	
3.1 Identidade ideológica, formação da equipe econômica e conservadorismo da ANC .	31
3.2 Reconstrução e desenvolvimento: o projeto do RDP	32
3.3 O problema do déficit público (impostos, dívida e reorganização da máquina pública).....	33
3.4 O Banco Central Sul-Africano (SARB) e a política monetária de Stals: As metas monetárias	35
3.5 Trevor Manuel e o GEAR	37
3.6 Política industrial sul-africana.....	40

3.7 Globalização econômica na África do Sul: Políticas de incentivo à concorrência e integração interna	42
3.8 Mboweni e sua política monetária: as metas de inflação	43
CAPÍTULO IV– A BUSCA POR IGUALDADE NOS 10 PRIMEIROS ANOS DA ANC NO PODER: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MERCADO DE TRABALHO E COMBATE A DESIGUALDADE DE RENDA	
4.1 Os serviços básicos na África do Sul pós Apartheid: a problemática da Educação, moradia, infraestrutura, segurança e saúde.....	46
4.2 O mercado de trabalho sul-africano	51
4.3 Desigualdade de renda, regional e racial.....	54
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I: Salários reais anuais médios nas minas de ouro.....	24
Tabela II: Contas do governo: Receita, gastos e déficit fiscal.....	34
Tabela III: GEAR – Principais indicadores: Projetado x Atingido	39
Tabela IV: Resultados atingidos: Inflação, Juros e Crescimento – Stals x Mboweni.....	45
Tabela V: Participação setorial no valor adicionado e emprego	53
Tabela VI: Evolução do desemprego na África do Sul	54

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta monografia é discutir as políticas econômicas praticadas pelos dois primeiros governos democráticos no período pós-Apartheid na África do Sul. O trabalho sustenta que apesar das melhoras nos indicadores macroeconômicos, a desigualdade de renda e acesso aos serviços básicos se mantém como um desafio persistente na África do Sul. Observa-se também, que apesar dos discursos dos políticos sul-africanos, o combate ao desemprego não foi encarado como prioridade ou como meio de diminuir essas diferenças. Portanto, a economia sul-africana pós Apartheid não conseguiu resolver os grandes desafios sociais que foram produzidos pelo longo período de políticas discriminatórias durante a economia do Apartheid.

Um objetivo acessório da monografia é apresentar características da história econômica sul-africana. . Mostrar-se-á os conflitos étnicos e sociais existentes no país, e como este se transformou na maior potência financeira do continente, principalmente após as descobertas minerais do início do século XX que impactaram decisivamente no desenvolvimento econômico e urbanização sul-africanos. Nesse sentido, discutiremos o impacto econômico do Apartheid na África do Sul.

Para atingir esses objetivos, a metodologia utilizada está baseada na análises de dados econômicos divulgados pelo governo sul-africano e instituições internacionais como ONU, FMI e Banco Mundial. Junta-se a isso a utilização de publicações e pesquisas para auxiliar no desenvolvimento do trabalho de acordo com a temática escolhida. A monografia está estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão:

O primeiro capítulo discorrerá sobre o período compreendido entre os séculos XVII e a década de 1970. Inicia-se com a chegada dos primeiros europeus que se estabeleceram na atual cidade do Cabo, a *Mother City*, em 1652. Mostrar-se-á como os acontecimentos locais nos dois séculos seguintes à chegada desses europeus influenciaram na formação de um sentimento nacionalista e racial segregador em uma parte dos descendentes de europeus nascidos no país. Será feito o resgate das profundas mudanças decorrentes da corrida pelo

ouro no fim do século XIX e a formação da economia sul-africana com as características atuais.

No segundo capítulo, será mostrado como o Apartheid foi entrando em declínio, culminando nas crises política, social e econômica que Mandela e Mbeki precisaram combater nos dez primeiros anos de governo democrático.

No terceiro capítulo pretende-se mostrar as principais políticas econômicas realizadas pelos dois primeiros governos democráticos da África do Sul, em vias de estabilizar a economia local e atingir melhores resultados de crescimento, emprego e distribuição de renda.

No quarto capítulo, o foco é examinar o mercado de trabalho sul-africano, além do acesso aos serviços básicos e a distribuição de renda local.

Por fim, o a conclusão pretende investigar o resultado atingido pelas principais políticas econômicas sociais implementadas pelo governo sul africano nesse sentido entre 1994 e 2004.

CAPÍTULO I - UMA BREVE HISTÓRIA DA ÁFRICA DO SUL: DA CHEGADA DOS EUROPEUS ATÉ A CRISE ECONÔMICA DE 80

1.1 Primeiros séculos de dominação europeia: a desapropriação dos Khoisan e o tumultuado século XIX:

Os primeiros europeus a povoarem a África do Sul foram holandeses, mandados para o Cabo em 1652 a fim de montar uma pequena estação de estabelecimento para a Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC).

Ao se estabelecerem, os oficiais expulsaram os indígenas de suas terras de pastagem tradicionais e de suas fontes de água. Os nativos Khoisan naturalmente se rebelaram: as lutas duraram por todo o século e geralmente eram resolvidas a favor dos colonos. Logo, os Khoisan que se mantiveram no Cabo estavam completamente submetidos às regras impostas pela VOC, muitos se transformando em trabalhadores servos. A partir da década de 1760, os escravos trazidos da Ásia e os Khoisan foram obrigados a transitar com passes assinados por seus empregadores para provar que não eram fugitivos. Os resistentes migraram para partes cada vez mais inóspitas do país. Todo esse processo é conhecido como desapropriação dos Khoisan (GUELKE e SHELL, 1992).

Com o tempo, os oficiais e primeiros fazendeiros donos de escravos que se estabeleceram na península do Cabo formaram uma elite que dominava o mercado de exportação. Já os oficiais que tinham sido liberados para cultivar em terras cedidas no interior, acrescentados em número com a chegada de mais europeus¹, tinham um padrão de vida muito baixo (MACMILLAN, 1969). Esses descendentes de europeus adquiriram características que os diferenciavam dos demais e ficaram conhecidos como *boeres* ou *afrikaners* (africânderes)

¹ A VOC não se opunha à chegada desses brancos, com tal estratégia vista como meio de povoar a região da fronteira. Segundo Nkosi (1986), no final do século XVIII, os boeres já eram mais de três vezes mais numerosos que no início do século.

(GUELKE E SHELL, 1992). Na incursão para buscar melhores terras a leste e fugir do controle da VOC, eles entraram em conflito com as tribos numerosas dos Xhosa, em 1779. O posicionamento da VOC nessas lutas com as tribos serviu para intensificar os atritos entre os Boeres e a elite colonial (CASTELO BRANCO, 2003). Se por um lado a VOC tentava monopolizar as relações de trocas dos colonos, por outro incomodava-os por não oferecer o apoio necessário aos fazendeiros durante os conflitos com os indígenas (LESTER, 1995).

No início do século XIX, os brancos encontraram uma resistência nativa muito mais organizada e confrontos entre as próprias tribos de negros e entre brancos de origens diferentes também se tornaram comuns nas fronteiras norte e leste. Na mesma época, guerras na Europa geraram mudanças cruciais na colônia: com a Holanda invadida pela França, os britânicos dominaram o poder na colônia do Cabo, anexando-a definitivamente ao império britânico em 1806.

Os ingleses trouxeram consigo os ideais liberais que defendiam. Em 1828, foi criada uma legislação que dava mais direitos trabalhistas aos Khoisan, eliminando o uso dos passes. Em 1833, a coroa inglesa aboliu a escravidão. A quebra de monopólios e incentivo ao crescimento econômico aumentou. O comércio, as instituições financeiras e empresas apresentaram grande evolução no período, com os imigrantes ingleses sendo os grandes beneficiados (TAMARKIN, 1996). Os ideais igualitários difundidos pelos britânicos geravam muito descontentamento nos colonos Africânderes, pois alterava sua ordem social tradicional baseada na segregação racial (SPARKS 1995).

O modo produtivo Boer estava em crise: a problemática da escassez de terras crescia e o lucro nas fazendas diminuía devido à nova dinâmica de mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, ao mudar o formato da posse de terra de arrendamentos/aluguéis para posses perpétuas, os ingleses limitaram a mobilidade dos colonos e deram os meios para uma agricultura capitalista mais estruturada da elite rural (TAMARKIN,1996). Cresceram as hostilidades contra o domínio britânico, marcadas pelo ódio e a vontade de obter liberdade administrativa. De fato, entre 1835 e 1845, mais de 10.000 boeres, que ficaram conhecidos como *Voortrekkers* (aqueles que caminham a frente) fizeram uma grande marcha a norte e nordeste da fronteira do Cabo, a *great trek* (grande jornada). A jornada pode ser considerada como um marco do nascimento de uma nação Boer.

Em 1843, os britânicos tomaram posse de toda a região de Natal, fazendo com que muitos boeres voltassem a marchar rumo ao norte e fundassem a República do Transvaal e o Estado livre de Orange. Os ingleses, tendo em mente que tinham os dois territórios mais estratégicos e que a dependência econômica das repúblicas Boeres perante Cabo e Natal continuaria, resolvem reconhecer os territórios Africâneres (GUELKE E SHELL , 1992). Somente as colônias do Cabo e Natal, em menor grau, apresentavam economias com algum nível industrial, comércio, bancos e desenvolvimento de infraestrutura, enquanto a agricultura capitalista estava apenas começando a se desenvolver nas colônias de Orange e do Transvaal (NKOSI, 1986).

1.2 A Revolução Mineral da África do Sul.

A descoberta das minas de diamante em Kimberley e de ouro em Witwatersrand no fim do século XIX, rapidamente e profundamente transformou as estruturas sociais e políticas da África do Sul colonial (GEBHARD, 2009). Em 1867, os primeiros diamantes foram descobertos. Em pouco tempo, a África do Sul se transformou no maior exportador de diamantes do mundo (LAWRENCE, 1994). A descoberta do ouro ocorreu em 1884, no território da república de Transvaal. Contabiliza-se que mais de três quartos do ouro produzido em toda a história da mineração foram extraídos das minas do país (MAGUBANE, 1986). Dá-se início à Revolução Mineral da África do Sul.

A concentração espacial de recursos recém-descobertos formou uma dinâmica diferente na distribuição geográfica dos ativos econômicos (LESTER, 1995). O espaço se torna melhor integrado através da maior especialização no trabalho em todas as regiões, em resposta às crescentes oportunidades surgidas no mercado e do comércio inter-regional. Pequenas manufaturas, assim como a indústria agrícola e pastoral, experimentaram taxas elevadas de crescimento (NKOSI, 1986). No início da década de 1890, o Witwatersrand já era o núcleo industrial e financeiro da região (LAWRENCE, 1994).

A necessidade de altíssimos investimentos para as escavações traziam consigo grande demanda de acesso ao crédito e de força de trabalho. Rapidamente, as grandes empresas inglesas se inseriram no mercado e substituíram os pequenos escavadores por uma elite de trabalhadores especializados, apoiados por uma massa de trabalhadores negros não especializados (TUROK, 2012).

O capital mineiro organizado logo começa a exercer influência sobre a administração colonial, especialmente quando Cecil Rhodes (1853-1902), um monopolista dos diamantes, se tornou primeiro ministro da colônia do Cabo (1890).

Com o desenvolvimento econômico, mais africanos se tornaram parte integrante da alta classe colonial do Cabo (FAGE e TORDOFF, 2001). Sendo a maioria da bancada no parlamento, os africanos mais influentes apoiavam o governo inglês, já que a separação do império só seria possível mediante uma guerra civil.

Já os fazendeiros e trabalhadores urbanos pobres africanos se viram expostos no século XIX, à imposição do trabalho livre e, no fim do mesmo século, concorriam por empregos com negros nas indústrias britânicas. Porém, ainda não montavam qualquer tipo de mobilização política organizada (TAMARKIN, 1996).

As guerras genocidas perderam o sentido para a elite político-econômica colonial, que necessitava da força de trabalho negra (MAGUBANE, 1986). O sistema de trabalho migratório legalmente entrincheirado em linhas raciais da África do Sul surgiu como um meio de conciliar a separação social das raças com as necessidades econômicas de uma economia em expansão. Os brancos foram forçados a conviver com uma presença africana muito maior, não servil e imprescindível à economia local. Aos administradores coloniais coube tomar providências para a manutenção das diferenças raciais (SWANSON, 1983).

Os negros ficavam alojados fora das cidades, separados e gerenciados em todo o território sul-africano, podendo ser presos caso encontrados fora de sua área reservada². Para fornecer locais para viverem enquanto eles estavam trabalhando, foram construídas as primeiras *townships* segregadas da cidade. Formou-se uma reserva de trabalho³, impondo salários

² Em 1876, foram criados os passes de registro para os trabalhadores. Já em 1886, foram criadas áreas fechadas para os trabalhadores africanos, não apenas para evitar o contrabando, mas para permitir a supervisão direta e controle dos trabalhadores pelas empresas. (CASTELO BRANCO, 2003)

³ O Glen Grey Act na colônia do Cabo (1894) reservou área para africanos, retirando a possibilidade de novos africanos se estabelecerem no local, incentivando a migração para suprir a mão-de-obra necessária nas cidades (ROTBERG, 1988).

inferiores aos negros. A estratégia de segregação residencial, a exclusão política e supressão comercial também se aplicavam para os mestiços (coloreds) e indianos (SWANSON, 1983).

1.3 O imperialismo britânico na África do sul e suas consequências: As guerras dos boeres

Com as descobertas minerais, a coroa britânica rompeu com a política liberal em 1875, intervindo para ter o controle das regiões das minas e enfraquecendo as ambições territoriais das repúblicas africânderes e do governo do Cabo (TURRELL, 1987). Entre os objetivos de tal ação estavam o fim das disputas fronteiriças, maior controle sobre os trabalhadores em toda a região, maior unidade da população branca e maior desenvolvimento econômico. Garantiriam também a abertura para o comércio e empreendimento ingleses, já que as repúblicas boeres tomavam atitudes para se tornar mais independentes economicamente e iam se aproximando de outras potências europeias (COPE, 1995).

Os britânicos anexaram a região do Transvaal, em 1877 (CASTELO BRANCO, 2003). Seguindo a estratégia, os ingleses interferiram na última das guerras de fronteira Xhosa (1877-1879) anexando territórios e aumentando a influência direta britânica no Cabo. Porém, uma derrota em batalha com os Zulus gerou insatisfação na Inglaterra, que via a guerra como cara e desnecessária. Os Bôeres, de quem os ingleses esperavam apoio, inicialmente se mantiveram neutros e logo depois os atacaram, restaurando a República do Transvaal, na primeira guerra Anglo-Bôer (1880-1881) (COPE 1995).

A descoberta do ouro em 1886 servira para aumentar as tensões entre britânicos e boeres. Na década de 1890, o valor de exportação da República já era maior do que o da Colônia do Cabo. O Transvaal foi invadido por milhares de trabalhadores de origem britânica (*uitlanders*), cujos direitos a voto foram restringidos graças ao medo de que os grandes industriais britânicos tivessem acesso à política da República (CASTELO BRANCO, 2003). Caso o controle britânico fosse estabelecido sobre as minas de ouro, a maior fonte de dinheiro no padrão da época, o ouro, estaria sob o controle inglês (LESTER, 1995). No Cabo, os ingleses, mesmo sendo uma minoria, ocuparam os cargos mais altos na economia e na burocracia das instituições locais (TAMARKIN, 1996).

Entre 1877 e 1881, a pressão imperial imposta sobre o Transvaal serviu como foco para o desenvolvimento do sentimento nacionalista africânder (BOTMA, 1974). O presidente Paul Kruger (1825-1904), veterano da grande jornada, procurou utilizar a riqueza gerada pela mineração para minar a supremacia dos interesses do Cabo e dos britânicos. Decidiu aumentar impostos sobre os produtos vindos do Cabo e iniciou uma política externa independente, se aproximando dos alemães, se armando e mantendo uma rigorosa política interna de opressão aos uitlanders (FAGE e TORDOFF, 2001).

Do Cabo, Rhodes liderou uma campanha que visava mostrar as condições que estavam sendo impostas aos britânicos nas republicas e unir os ingleses. Em 1895 enviou uma força para tomar o poder no Transvaal, sem sucesso. O Estado Livre de Orange, prevendo conflitos, se aliou ao Transvaal em 1897 (AMERY, 2012). Ainda em 1897, Alfred Milner (1854-1925) foi escolhido como novo governador do Cabo. Logo, foi criada uma onda de hostilidade para forçar uma oposição progressiva a Kruger. Porém, após a reeleição de Kruger com uma esmagadora maioria em fevereiro de 1898, os ingleses reviram sua estratégia e decidiram pelo confronto (BOTMA, 1974).

Em 1899, os ingleses deram início à segunda Guerra Anglo-Bôer. Após um início de vitórias dos Bôeres, em junho de 1899 os ingleses já dominavam as capitais tanto de Orange Free State como do Transvaal. Durante a guerra, mulheres e idosos africânderes foram colocados em campos de concentração, para os africânderes uma clara tentativa de genocídio étnico. Ao assinar o tratado de paz e reconhecer a derrota, os bôeres exigiram que os negros seguissem impedidos de votar e que a separação geográfica se perpetuasse (CASTELO BRANCO, 2003).

Com a dominação dos estados bôeres, Milner leva a cabo diversas tentativas de minar a cultura africânder (PACKER, 2006). Devastados pela derrota, os africânderes se isolaram para manter suas tradições. Insistiam que seus filhos fossem educados em africâner e conseguiram preservar a cultura através de sua igreja e associações internas exclusivas (RODRIGUEZ, 1997).

Com a vitória dos liberais na Inglaterra em 1905, o modelo de gestão em relação à África do Sul foi modificado. Os liberais aceitaram a participação da maioria africânder na política local como único modo de gerar maior estabilidade interna e logo concederam às colônias

bôeres uma certa autonomia política, através de um governo responsável⁴. Nkosi (1986) enumera as vantagens econômicas visadas pela Inglaterra ao incentivar a formação da união: 1) A adoção de uma política econômica nacional uniforme; 2) centralização dos serviços ferroviários e portuários; 3) Criação de departamentos nacionais de agricultura, comércio e indústrias; 4) Unificação dos negócios da mineração e 5) a instituição de uma política de terra unificada.

Assim, com a Grã-Bretanha como grande interessada, os líderes boeres concordaram em cooperar na formação da União da África do Sul, ainda sob domínio britânico, em 1910 (PACKER, 2006).

1.4 União da África do Sul: Guerras Mundiais, grande depressão e ascensão do partido nacionalista de Malan

Oito anos após o fim da guerra Anglo-Boer, a União da África do Sul despontou com dois líderes de origem africâner. Na prática, enquanto o partido africâner (SAP - South African Party) comandava o país politicamente, o capitalista mineiro inglês controlava a economia sul-africana através de suas organizações e comandava as organizações financeiras locais (LESTER, 1995). Em oposição surge o Nationalist Party (NP), em 1914. O partido defendia que a política adotada estava muito ligada aos interesses mineiros britânicos e só iria enfraquecer ainda mais a nação africâner, já em desvantagem devido à perda da guerra, que consolidou a dominância político-econômica dos ingleses no país.

A liderança política do SAP resultou em ações legislativas contrárias à igualdade racial. Na época, lideranças negras inconformadas se organizaram para protestar sobre a discriminação racial e exigir igualdade perante a lei. Mahatma Gandhi (1869 – 1948) se destacou na defesa dos interesses indianos em Natal. No período nasceu o partido que a partir de 1923 ficou conhecido como ANC (African National Congress) (BYRNES, 1997).

⁴ Winston Churchill (1909): "nós, deste lado, sabemos que se a dominação britânica for perdurar na África do Sul, ela deve perdurar com o assentimento dos holandeses, bem como dos britânicos".

Quando a União decide apoiar os ingleses na 1ª Guerra mundial (1914) em detrimento dos alemães, o NP logo se opôs com determinação, recebendo apoio popular de boa parte da população africâner. Durante a década seguinte, grupos organizados por trabalhadores das minas ingleses também ganharam força quando greves e rebeliões cresciam em todo o país contra a tentativa dos mineiros em diminuir o custo de produção pressionando os salários e trocando trabalhadores qualificados brancos por negros. O governo usa a força para restaurar a ordem na indústria, ação que repercutiu negativamente no país. Em 1924, o NP venceu as eleições, com grande participação dos votos das áreas urbanas em crescimento, onde predominava o sentimento anti-imperialista e anti-imigração negra (MOODIE, 1975).

Naturalmente, o novo governo deu importância especial aos trabalhadores urbanos brancos e pequenos fazendeiros africâneres formando um estado de bem-estar social para os brancos. Limitou os ganhos salariais dos negros para que estes seguissem sendo uma fonte de mão de obra barata nas fazendas e deu suporte direto aos trabalhadores urbanos brancos, gerando empregos através da criação de empresas estatais. Houve uma aproximação do governo com o capital doméstico, em expansão desde a substituição de importações forçada pela Primeira Guerra. A diversificação e expansão da indústria local, permitidas graças ao excedente gerado nas exportações mineiras, foram essenciais na diminuição do problema do “branco pobre”.

Por outro lado, a grande depressão no início década de 30 gerou uma queda na demanda mundial por produtos sul-africanos e grande fuga de capital. Houve uma retração nas indústrias de agricultura, mineração e manufatura da África do Sul. O emprego total, o valor da produção bruta e líquida de muitas empresas declinou (NKOSI, 1986). Com medo de perder as eleições, o NP se une ao SAP, formando o United Party (UP), que venceu a eleição. A atitude gerou profundo descontentamento de uma parcela mais radical de africânderes. Assim, sob a liderança de Malan (1874-1959), formou-se um novo NP, auto proclamado puro (LESTER, 1995).

Malan desenvolveu uma mobilização étnica se apoiando no temor gerado pela grande depressão e no apelo condições materiais dos africânderes pobres das cidades⁵, sempre em

⁵ um estudo realizado em 1932 pela Carnegie Corporation of New York , conhecido como Comissão dos Brancos Pobres que concluiu que um terço dos africâneres eram "desesperadamente pobres", enquanto outro terço era

paralelo à manutenção cultural e fortalecimento do orgulho africâner contra o que era retratado como uma discriminação étnica deliberada por uma aliança de capitalistas "estrangeiros" (ingleses / judeus) e líderes sindicais (BYRNES, 1997).

O governo do UP, embora rejeitando o nacionalismo étnico de Malan, seguia suas políticas para com os negros (CASTELO BRANCO, 2003). As respostas organizadas pelos negros a essas medidas foram ignoradas (BYRNES, 1997).

Com o desencadear da segunda guerra mundial, em 1939, a África do Sul mais uma vez se coloca em favor dos britânicos, o que gera novo descontentamento por meio dos Africânderes, que preferiam o apoio aos alemães.

Entre 1939 e 1945, o crescimento da manufatura e o processo de substituição de importações se deram de forma ainda mais impactante para atender às demandas de guerra. O desenvolvimento das cidades se deu através da urbanização dos africanos e sua incorporação como uma grande força de trabalho: o número de habitantes das cidades africanas quase dobrou. O UP defendeu a liberalização racial no País, chegando a flexibilizar a aplicação de leis restritivas (BYRNES, 1997).

Trabalhadores negros urbanos, que já tinham condições de salários melhores e ascendiam a empregos mais especializados, envolveram-se em uma série de greves ao longo dos anos 1940, demonstrando a força potencial de trabalhadores negros organizados em desafiar o sistema de mão-de-obra barata (CASTELO BRANCO, 2003). Nesse contexto, a eleição de 1948, que trouxe o Partido Nacional ao poder por uma pequena minoria, foi dominada pela força do nacionalismo africâner e o medo da *die swart gevaar* (a massa negra) (POSEL, 2011).

1.5 Apartheid na década de 50: a implementação do regime, ideias iniciais e primeira fase

classificado como "pobre", .em comparação a poucos falantes de inglês em situação delicada. A falência de pequenos agricultores nos anos 20 e 30 foi dada como a principal explicação ao fato (LESTER,1995).

Ao ascender ao governo, o NP tinha como principal projeto sustentar a supremacia política branca, promovendo sua prosperidade através das instituições do Estado. O período de prosperidade pós guerra trouxe à África do Sul um aumento das exportações e de investimento estrangeiro que criou condições financeiras para os altos custos de regulação que teria o governo. Paralelamente, vemos que o desenvolvimento de governos mais robustos, centralizados e com mais alcance burocrático se tornou um padrão na época. Acreditava-se que a economia necessitava de planejamento e regulação para crescer de maneira saudável, um ambiente político favorável para o desenvolvimento de um regime centralizado segregacionista (POSEL, 2011).

Ao ser estabelecido, o regime do Apartheid, ou separação, fez de tudo para estabelecer controles mais rigorosos sobre o acesso dos povos negros à moradia e trabalho nas grandes cidades. Durante a década de 50, o principal objetivo era minimizar a taxa de crescimento da população urbana negra, permitindo a expansão industrial e comercial brancas de acordo com suas necessidades econômicas (POSEL, 2011). Mandela (1995), considera que duas das leis formadas foram fundamentais para definir a estratégia do governo esse primeiro período, ambas de 1950: 1) Lei do Registro, que exigia que as pessoas fossem identificadas como brancas, colored, negras ou outras. Assim criou a base para que toda a regulamentação e controle do apartheid fossem instalados; e 2) *Group Areas Act* (Lei das zonas de grupo), uma evolução do *native lands act*, de 1913, que regularizou a política de remoções, pois visava a separação da África do Sul entre áreas separadas por raças.

Outras políticas foram tomadas para consolidar o privilégio econômico branco. Trabalhadores africanos foram impedidos de trabalhar em muitos setores e de ocupar cargos de autoridade sobre os trabalhadores brancos. Com a política de educação Bantu, Hendrick Verwoerd (1901-1966), já “arquiteto chefe” do apartheid, controlava a educação destinada a população negra, considerada inadequada (BYRNES, 1997). Ao mesmo tempo, o governo reforçava o seu poder policial com medidas que controlavam as atividades políticas contrárias ao regime (CASTELO BRANCO, 2003).

Com o desenvolvimento da agricultura capitalista mais mecanizada, os agricultores brancos antes receosos pela falta de mão de obra expulsaram o excesso de negros de terras de propriedade branca para as reservas. Portanto, as pressões para migrar para a cidade

intensificaram-se à medida que a década de 1950 avançava. Até o final da década, era muito fácil perceber que a burocracia do estado falhava ao tentar controlar a migração e distribuição de mão-de-obra africana aos empregadores brancos. Os esforços para reduzir a afro-urbanização fracassaram. A população negra das cidades cresceu 49,5% entre 1950 e 1960 (POSEL, 2011). Entre a elite negra, aumentava o nível de revolta, também nas cidades (CASTELO BRANCO, 2003). A lei de passes, maior instrumento de controle de urbanização desencadeou um protesto em Sharpeville, 1960, cuja repressão por parte do governo culminou na morte de 69 pessoas.

O massacre consequências diretas: 1) foram proibidas as ações dos partidos negros, e o exílio de alguns dos líderes fez com que o regime do Apartheid ganhasse notoriedade internacional; 2) debates surgiram na *Commonwealth* para o afastamento da África do Sul, que aproveitou para se declarar independente em 1961; e 3) os partidos negros iniciaram projetos de resistência armada, abandonando o princípio de não-violência, atitude justificada por Nelson Mandela no seu discurso ao ser condenado, em 1964.⁶ (BRAGA, 2010)

O projeto do Apartheid atingia grande popularidade entre os brancos, mas em resposta aos protestos e pressões externas, inaugurou uma mudança ideológica ligada a novas estratégias econômicas e sociais (POSEL, 2011).

1.6 Apartheid na década de 60: a consolidação do regime.

Mobilizando a brancura e o orgulho africânder como bases de seu apoio e legitimidade, o avanço do Apartheid foi marcado e permitido pelo número crescente de brancos de língua inglesa votando pelo Partido Nacional, o que permitiu de certa forma a mudança para uma fase mais agressiva e autoritária de formulação de políticas (POSEL, 2011). Os praticantes do Apartheid tornaram os esforços cada vez mais agressivos para conter o número de povos africanos vivendo e trabalhando próximo dos brancos, afastando-os o máximo possível dos espaços político e geográfico ocupados pelos brancos sul-africanos (NKOSI, 1986).

⁶ Disponível em: <<http://law2.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/mandela/mandelaspeech.html>>

Em 1959, Verwoerd lançou a *Promotion of Bantu Self Government Acts*, que veio a complementar a Lei das Zonas de Grupo. Cada uma das dez áreas reconhecidas, os Bantustões, foi separada para um grupo racial específico. Com o tempo, deveriam conquistar sua organização política própria (CASTELO BRANCO, 2003). Entre os objetivos estava diminuir a pressão internacional sobre o regime, ao dar a ideia de estar concedendo direitos políticos plenos que levariam os diversos povos nativos à independência. Porém, a configuração geográfica dos locais era descontínua, dificultando a integração regional. Os meios disponíveis nos locais separados eram escassos e não havia viabilidade econômica para uma verdadeira independência dos Bantustões (BYRNES, 1997).

O governo impôs controles cambiais e apertados controles de importação para conter o fluxo de saída de capitais, enquanto fortalecia a produção interna. A política econômica também se caracterizou por um elevado investimento em infraestrutura e a descentralização dos centros de crescimento no país. Houve um boom de crescimento econômico. O crescimento médio anual do PIB entre 1962 e 1967 foi de 6,3%. (NKOSI, 1986) O retorno sobre capital investido chegava a altos 20%, e fez com que o investimento externo mais do que duplicasse entre 1963 e 1972. Com isso, a imigração de mão de obra qualificada branca atingiu altíssimos níveis, aumentando a população branca nas cidades em 50% no mesmo período (BYRNES, 1997).

A estratégia de industrialização da África do Sul na década de 1960 foi ditada não só pelo desejo de desenvolver a indústria, mas também por estratégias fiscais e militares que exigiam autossuficiência em áreas-chave em caso de sanções da ONU, em pleno período de guerra fria. Houve grande investimento das potências ocidentais para que recursos naturais fossem utilizados para desenvolver a produção de materiais estratégicos, como petróleo, explosivos e material de guerra (MAGUBANE, 1986)

1.7O crescimento do movimento de consciência negra e a mudança no perfil da oposição negra ao regime:

Se a representação política tradicional negra estava de certa forma anulada pelo regime, os trabalhadores negros iniciaram um nível sem precedentes de atividade sindical. A política de educação Bantu, apesar de sua qualidade inferior à aplicada aos brancos, atingiu parcelas

maiores da população excluída e gerou maior intelectualidade entre os jovens negros de classe média nas grandes cidades, influenciando na formação de movimentos como o de consciência negra (Black Consciousness) (LESTER,1995). Surgia entre os jovens negros sul-africanos a esperança para o fim do domínio do NP (BRAGA, 2010).

Em 1976, a decisão de obrigar o ensino de Afrikaans em todas as escolas gerou uma série de rebeliões sem precedentes no país, conhecido como “Levante de Soweto”. As estimativas oficiais são de 570 pessoas mortas. As reações internacionais à repressão governamental gerou sanções importantes para o fim do apartheid, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - A CRISE DO APARTHEID: O DESEMPENHO ECONÔMICO SUL-AFRICANO NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

2.10 Colapso do Apartheid na década de 70: Estagnação Econômica, mudanças regionais e repercussão internacional.

Não obstante as manifestações contrárias ao regime, no início da década de 70 a África do Sul passava por um momento instável em outras frentes. O Apartheid enfrentava crises tanto na face econômica quanto de legitimidade. As modernização econômica gerada desde a segunda guerra mundial e principalmente na década de 60, muitas vezes fazia que o interesse da elite branca sul africana fosse de encontro às estratégias políticas do Apartheid. A elite econômica tradicional da África do Sul não ia suportar que a necessidade por trabalho qualificado esbarrasse numa falta deste por conta de uma política de privilégios raciais (LESTER, 1995).

Os altos lucros do ouro, com os preços em alta devido ao fim do sistema de Bretton Woods na década de 70, logo pressionaram por uma modernização dessa indústria, que decaía em produtividade. Uma mesma tonelada de minério que produzia 13,3 gramas de ouro em 1970, só produzia 5,3 gramas de ouro em 1987. As grandes empresas não viam mais utilidade em seguir com a baixa oferta de trabalho especializado por não poder contratar negros em tais condições. Os salários dos mineradores negros começam a aumentar a partir da década de 70, principalmente quando os proprietários de minas se afastaram da mão-de-obra migrante barata de Moçambique, onde militares derrubaram a ditadura portuguesa em 1974 (HIRSCH, 2005).

TABELA I: Salários reais anuais médios nas minas de ouro

Ano	Salários reais*		Salários Brancos/negros
	Brancos	Negros	
1911	2632	225	11,70
1941	2312	191	12,10
1961	3184	188	16,94
1971	4379	209	20,95
1972	4368	227	19,24
1975	5035	602	8,36
1982	4501	824	5,46

Fonte: Adaptado de Hirsch, 2005. p.11

* Rands de 1970, ou US\$300 em 1970

No setor agrícola, chave para a política racial, o próprio apoio do Estado que na década de 60 ajudou a remover os arrendatários africanos das fazendas brancas, facilitou a transformação da agricultura branca em um setor capitalista empregador de mão-de-obra mais qualificada. O aumento da produtividade só seria possível se acompanhado por salários mais altos, melhores condições de trabalho, melhor treinamento e maior mobilidade para os trabalhadores agrícolas negros. Os agricultores brancos menos eficientes, que ainda forneciam o volume numérico do setor, tendiam a permanecer implacavelmente opostos a essas inovações.

Nas manufaturas o caso era ainda mais agravante, graças ao desenvolvimento de indústrias de tecnologias mais avançadas e a ida de trabalhadores brancos qualificados para o setor de serviços. Além disso, observou-se que a ausência de competição com os negros resultava em queda da produtividade e aumento do preço do trabalhador branco, aumentando o custo.

Ainda nesse contexto, a crise mundial gerada aumento dos preços do petróleo de 1973 fez com que os países industrializados centrais diminuíssem a demanda de bens exportados pela África do Sul, fazendo que houvesse um desequilíbrio nos termos de troca que não foi

compensado pelo aumento do ouro, e dificultou as importações sul-africanas de bens de capital, vitais para sua economia (PADAYACHEE, 1989) Também por isso, os empresários passaram a ressentir um maior poder de consumo no mercado interno, impedido pelo projeto do Apartheid (SCHWARTZMAN, 1999).

Já em 1968, o crescimento já estava em 4%, menor do que a média de crescimento de 7,2% no período entre 1962 e 1967. O aumento do preço do ouro fez com que houvesse uma modesta recuperação no crescimento em 1973 e 1974, mas logo refletida em 1975 quando a inflação, dívida e déficit público aumentaram drasticamente, motivados pelo o "choque do petróleo" de 1973-1974. Uma recessão se instalou em quase todos os principais países industriais capitalistas, principais parceiros comerciais da África do Sul e fornecedores de capital do país (NKOSI, 1986).

Os altos aparatos burocráticos e policiais do governo para suprimir as atividades de guerrilha e as manifestações sociais devido ao aumento da resistência negra se tornaram um desafio fiscal (SCHWARTZMAN, 1999). Após a queda de regimes vizinhos que garantiam uma segurança ao governo, os custos com programas de desestabilização e invasões a países vizinhos com governo socialista disparou. Movimentos de libertação se posicionavam cada vez mais próximos à fronteira da África do Sul. Com os embargos armamentistas empreendidos pelas grandes potências, aumenta a necessidade de gastos do governo e a crise fiscal se agrava (BRAGA, 2010).

A década ficou marcada por um salto nos empréstimos bancários privados internacionais para os países em desenvolvimento. Esperando o aumento do preço do ouro e a estabilização na balança de pagamentos, o governo empreendeu um grande projeto de investimento em infraestrutura financiado por empréstimos internacionais (PADAYACHEE, 1989). As principais instituições financeiras dos Estados Unidos emprestaram um total de mais de US\$ 700 milhões para fortalecer a economia do pressionado regime sul-africano (MAGUBANE, 1986).

Como podemos observar, a África do Sul passava por um processo econômico de inflação, baixo crescimento, dívida crescente e déficit comercial. O ultimo dos grandes choques a interferir para a crise do governo na década de 70 foi a atenção internacional negativa que recaiu sobre a África do Sul na época. A importância econômica da África do

Sul para os parceiros ocidentais fazia com que os vetos viessem sendo ignorados até então (CASTELO BRANCO, 2003). Em 1977, porém, após o Levante de Soweto e a escalada da violência do governo, a ONU consegue embargar a venda de armas para o país. Também foi importante o envolvimento de uma grande rede mundial de ativismo civil antiapartheid, com grandes campanhas para o desinvestimento, encabeçadas por grandes universidades e companhias como a General Motors (BRAGA, 2010).

Quando ocorreu um escândalo sobre má utilização de fundos estatais, em 1978, Vorster alegou problemas de saúde e abdicou do cargo de primeiro ministro, sendo substituído por P.W. Botha (CASTELO BRANCO, 2003).

2.2 Década de 1980, o caminho do fim: agravamento da crise e início das negociações

Recém-empossado como primeiro ministro, Botha buscava a manutenção da supremacia política e econômica branca forjada durante três séculos e consolidada nos anos do Apartheid. Porém, não contava que as estruturas que ajudaram a mobilizar o poder negro contra o Estado e a mobilização se fortaleciam na mesma escala (LESTER, 1995). No final de 1985, mais de 390 greves atingiam 240 mil trabalhadores, em movimento crescente. A repressão violenta do governo aumentava a oposição internacional ao regime (BYRNES, 1997).

A campanha de sanções internacionais, a fragilidade econômica e a instabilidade política interna desencorajaram os fluxos de capital estrangeiro. A saída de dividendos e lucros dos investimentos existentes na África do Sul ultrapassava o novo investimento direto estrangeiro. O modelo de desenvolvimento dependente de capital estrangeiro deixava a África do Sul vulnerável a essa mudanças nos fluxos de investimento (LEVY, 1999).

As despesas do Estado do Apartheid relacionadas com a segurança e à sua própria "reforma orientada" eram prioridade do governo, e junto a um aumento da oferta de moeda em um período de pressão sobre o Rand gerou uma pressão inflacionária que atingiu níveis de dois dígitos: superior a 13% em 1984 e 17% em 1985 (PADAYACHEE, 1989).

Em meados da década de 1980, a dívida externa da África do Sul era de aproximadamente US\$ 24 bilhões, dos quais dois terços eram de curto prazo (LEVY, 1999).

Segundo dados do Banco Mundial, o PNB da África do Sul em 1985 era de aproximadamente US\$ 70 bilhões, assim a dívida externa era quase 35% do PNB. A crise da dívida dos países em desenvolvimento nos anos 80 trouxe consigo a dificuldade de obter novos empréstimos (PADAYACHEE, 1989). Após dar assistência à África do sul em meados da década de 70, o Fundo Monetário Internacional teve que resgatar novamente o país em 1982, emprestando US\$ 1,1 bilhão e declarando sem rodeios que uma política racial do Apartheid estava criando "pressões inflacionárias" e "aumentando o desemprego" entre os negros. O FMI cessaria os empréstimos no ano seguinte. Em julho de 1985, o Chase Manhattan Bank causou uma grande crise financeira na África do Sul ao recusar-se a rolar seus empréstimos de curto prazo, logo foi seguido pela maioria dos outros bancos privados internacionais, alimentando a inflação e diminuindo os padrões de vida sul-africanos (SCHWARTZMAN, 1999).

A crise da dívida foi agravada por uma queda drástica do valor do ouro, dificultando ainda mais a entrada de divisas no país. Outros produtos metálicos e minerais, como os metais do grupo da platina, o carvão e os produtos químicos básicos, experimentaram algum crescimento na produção e nas exportações durante a década de 1980. Eles aumentaram os lucros de grandes corporações financeiras que estavam se tornando cada vez maiores no contexto de uma economia atrofiada. A contribuição desses setores foi muito menor do que teria compensado suficientemente a queda da indústria do ouro (HIRSCH, 2005). Devido a crise e à rápida desvalorização do Rand, foi fechada a Bolsa de Valores de Johannesburgo, junto a declaração de uma moratória sobre muitas das dívidas externas da África do Sul (LESTER, 1995).

O presidente Botha ativou o estado de emergência⁷ para lidar com as crises de insatisfação popular no país (SA HISTORY). Em fevereiro de 1987, estimativas não oficiais alegavam que pelo menos 30 mil pessoas haviam sido detidas. Em outubro de 1986, o Congresso dos Estados Unidos aprovou legislação que implementava sanções obrigatórias contra a África do Sul, entre elas a proibição de todos os novos investimentos e empréstimos

⁷ O estado de emergência dava mais poder à polícia, ao exército e ao presidente. O governo poderia implementar toques de recolher controlar o movimento de todas as pessoas e evitar que os meios de comunicação de cobrir qualquer agitação ou entrar em uma área declarada como uma área de agitação. <
<http://www.sahistory.org.za/dated-event/state-emergency-declared-thirty-six-magisterial-districts>>

bancários, o fim das ligações aéreas entre os Estados Unidos e a África do Sul e a proibição de muitas importações sul-africanas (BYRNES, 1997).

Sem saída, no final dos anos 80, entraram em curso negociações secretas entre representantes do governo e líderes da ANC (LEVY, 1999). Os líderes da oposição negra estavam cientes de como a insurreição não só desestabilizou o estado sul-africano, mas precipitou a fuga de capitais, que poderia durar mais do que o governo da minoria branca. A instabilidade política e econômica não só ajudou a trazer o governo à mesa de negociações - também fez com que milhões de jovens negros se brutalizassem, o que seria difícil de controlar independente do desfecho das negociações (LESTER, 1995).

O conservador e ex-defensor do regime Frederik Willem de Klerk (1936) assumiu o cargo presidencial em 1989 e assumiu um projeto reformista dentro do partido. Ele reconheceu a necessidade de negociações com representantes negros legítimos. Em 1990, libertou Nelson Mandela. A legislação base do apartheid foi abolida e antigos opositores foram convidados para sentarem à mesa e formarem a nova constituição (BRAGA, 2010). Na prática, era o fim do apartheid.

2.3 Período de negociações políticas e vitória da ANC nas primeiras eleições democráticas da RAS

Uma visão do desmantelamento do governo do Apartheid defendida por críticos como Braga (2010) é que este funcionaria como uma estratégia política para manter o poderio branco, atrair o capital estrangeiro e permitir o crescimento econômico na África do Sul. Libertado após 27 anos na prisão e principal líder do partido, Mandela assegurou à ANC que não existia um "acordo" com o governo. Também tentou tranquilizar os brancos sinalizando que pretendia trabalhar para a reconciliação. É bem verdade que com a queda do muro de Berlim, a população branca estava mais a vontade com a ideia de mudança. A ANC segue suas vertentes de ação, se recusando a renunciar imediatamente à luta armada e a pedir o fim das sanções internacionais contra a África do Sul até que novos progressos fossem alcançados (CASTELO BRANCO, 2003).

Os grupos de oposição ao Apartheid, que haviam sido unânimes em suas demandas para a libertação de Mandela da prisão, entretanto, diferiram agudamente na disposição para

conciliar pacificamente o país devido as injustiças passadas. Líderes militantes rejeitaram a abordagem conciliatória de Mandela e exigiram o controle negro sobre as futuras instituições do governo (BYRNES, 1997) A extrema direita, apesar de dividida, também se organizava com planos pela luta armada e desestabilização e derrubada do novo governo (CASTELO BRANCO, 2003). Em 1992, de Klerk enfraqueceu a oposição de direita ao receber o apoio dos brancos que votaram em maioria a favor da negociação em um referendo: 69% (CASTELO BRANCO, 2003).

A resposta internacional à mudança na África do Sul foi de cautela (BYRNES, 1997). Em outubro, o NP abriu-se a todas as raças e o parlamento revogou a Lei que sancionava o Apartheid em lugares públicos como praias, bibliotecas e locais de entretenimento. Em agosto de 1991, Mandela anunciou a suspensão da luta armada do ANC que perdurava por trinta anos, de modo a dar confiança às negociações.

Os militantes do Partido Inkatha Freedom (IFP), criado em 1990 para defender os interesses Zulu entraram em confronto com os defensores da ANC, em uma onda de violência de "negros contra negros". O Inkhata defendia uma revolução armada, sem negociação com os Africâneres. Em 17 de junho de 1992, 300 homens armados afiliados ao IFP atacaram uma base da ANC (SA HISTORY).

A situação era complicada, mas graças a políticos moderados comprometidos com a conciliação, as negociações seguiram firmes. Nesse período, a ANC enfraqueceu a oposição oferecendo melhores condições para a negociação: Unidade nacional, partilha do poder e manutenção de brancos nos cargos públicos (CASTELO BRANCO, 2003).

O assassinato de Chris Hani (1942-1993) pela extrema direita desencadeou uma reação que levou as tensões a um limite, tendo sido uma oportunidade para início de uma série de conflitos que tornariam a África do Sul ingovernável. Em 1993, Hani era o líder negro mais popular do país após Mandela. Radicais de ambos os lados se atacavam. Os atentados e o medo de uma guerra civil causaram grande onda de medo no país, mas por outro lado intensificaram as pressões por mudanças. Em junho, foi marcada a eleição. Em novembro, foi dado o fim às negociações (MIRACLE RISING: South Africa , 2013).

Em 27 de abril de 1994, apesar de alguns contratemplos como sabotagens e irregularidades, Nelson Mandela foi eleito o primeiro presidente democrático da África do Sul, com 62,6% dos votos. Seus vices eram de Klerk e Thabo Mbeki (1942). Entre seus ministros estavam membros do NP, em decisão voltada para o investimento internacional (LESTER, 1995).

Economicamente, a crise continuava: O investimento fixo bruto foi negativo por quatro anos consecutivos até 1994, e o capital estava em pleno voo, comprometendo a capacidade competitiva da economia sul-africana. O investimento seguia em declínio. Entre 1983 e 1993 o investimento bruto doméstico caiu de 26,8% do PIB para 15,5%, enquanto entre 1986 e 1991, o investimento público decaiu em média 6,5% por ano (FALLON E PAREIRA DA SILVA, 1994).

A renda nacional estava estagnada e a renda per capita havia diminuído todos os anos desde 1982, exceto em 1988. A dívida pública estava subindo para níveis perigosos, e o déficit fiscal das administrações públicas era de 9% do PIB em 1993 (HIRSCH, 2005). Segundo Castelo Branco (2003), os desafios a serem enfrentados no primeiro governo da ANC eram: construção de uma democracia; combate à exclusão social e racial; ampliação do acesso a políticas sociais e direitos para a população negra; modernização e desenvolvimento econômico e ruptura com o isolacionismo externo. Assim, as políticas do primeiro governo pós Apartheid possuiriam um caráter mais generalista, cujos fundamentos seriam aperfeiçoados posteriormente, e lapidados pelos governos sucessores, com vistas a adaptar as políticas públicas às realidades em constante mudança.

CAPÍTULO III - ANC NO PODER: AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS 10 PRIMEIROS ANOS PÓS-APARTHEID DA ÁFRICA DO SUL

3.1 Identidade ideológica, formação da equipe econômica e conservadorismo da ANC.

Durante o período de transição, a nacionalização era considerada como opção da ANC para corrigir profundas desigualdades econômicas históricas, em uma reação à tentativa do governo de NP de privatizar às pressas companhias públicas para impedi-las de cair nas mãos de um futuro governo do ANC. O discurso era de que não havia riqueza suficiente e a economia tinha de crescer para criar mais riqueza para ser redistribuída. Então o crescimento se daria através do aumento da produtividade para competir nos mercados de exportação e a redistribuição seria possível através do salário social na forma de educação, saúde e outros serviços sociais. Era o “crescimento através da redistribuição” (HIRSCH, 2005).

Mas a nacionalização poderia não ser viável economicamente devido à posição em que se encontrava o governo. Os formadores de opinião do partido passaram a considerar aumentar o setor público em áreas estratégicas, mas também reduzi-lo para aumentar a eficiência da economia, até através de privatizações. O discurso de crescimento através da redistribuição começou a desaparecer e os programas de redistribuição e crescimento passaram a ser vistos de maneira separada pelos líderes do partido (ANC, 1992).

Como dito no capítulo anterior, as duas principais posições na política econômica do novo governo foram mantidas pelos titulares que haviam sido nomeados pelo governo do Apartheid. Um foi Chris Stals, governador do Banco de Reserva da África do Sul (SARB) e outro era o Ministro das Finanças, Derek Keys. Depois de apresentar um primeiro orçamento sensível para conter o déficit de orçamento crescente que seu predecessor tinha feito dobrar em alguns poucos anos, Keys demitiu-se no final de setembro de 1994. Para seu lugar, Nelson Mandela nomeou Chris Liebenberg, ex-banqueiro profissional (HIRSCH, 2005).

Este não foi um momento promissor para o novo governo tentar implementar novas políticas e programas. O aparato estatal estava subfinanciado e emprestado em excesso, o aparelho de arrecadação de receitas estava em um estado terrível e a economia crescia pouco. A confiança em se manter no governo em 1999 e o medo de cometer erros graves com a equipe inexperiente fez com que o governo optasse por uma posição conservadora em seu início.

Outro motivo para o conservadorismo fiscal e monetário foi o medo de uma crise financeira que arriscasse a soberania econômica da África do Sul e a botasse sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. O paradoxo é que, para isso, a decisão de reduzir a margem de manobra foi feita através de políticas sugeridas e aprovadas pelas mesmas instituições⁸ (BOND, 2013).

O governo avançou então por três políticas na direção de seguir a influência do mercado: reduzir o déficit público em cinco anos (de 6,8% para 4,5% do PIB), eliminar restrições à liberalização financeira e o acordo para consolidar a independência do banco central (HIRSCH, 2005).

3.2 Reconstrução e desenvolvimento: o projeto do RDP

Ao assumir o governo, a prioridade da ANC de Mandela era aplicar o Reconstruction and Development Programme (RDP).

Entre as diretrizes do programa, feito com o objetivo de reverter os inúmeros problemas sociais e econômicos herdados do regime e construir uma nova sociedade, diminuindo a marginalização das massas excluídas, estavam: 1) Melhorar o acesso às necessidades básicas, como água e energia; 2) desenvolver e distribuir os recursos de forma a melhorar principalmente o acesso à educação e 3) reestruturar a economia, desenvolvendo as pequenas empresas (CASTELO BRANCO, 2003).

⁸ “Um empréstimo de US \$ 850 milhões do FMI,..., para o alívio da seca, embora a terrível seca tivesse terminado 18 meses antes. As condições secretas do empréstimo,..., incluíam: tarifas de importação mais baixas, cortes nos gastos do Estado e grandes cortes nos salários do setor público.” (BOND: The Mandela years in power, 2013)

Segundo Patel (2005), a plataforma do RDP abordava o tema da seguridade social e do bem-estar social, porém, pela perspectiva do desenvolvimento. A proposta era de reconstituição macroeconômica com base no desenvolvimento social, com objetivos ligados ao crescimento endógeno, o uso do mercado regulado para a conquista de objetivos sociais, a integração da política econômica com a política social, o suprimento das necessidades elementares e o estímulo à participação popular no processo de desenvolvimento (MACEDO, 2015).

Para ser bem sucedido, o RDP precisava que o fluxo de receita do governo fosse melhorado. O compromisso tomado com a prudência fiscal e com a realocação das receitas existentes em vez do recolhimento de novos impostos dificultou o sucesso do programa. Outra restrição foi dada pela falta de gestores qualificados suficientes no novo governo e a falta de coordenação entre governo e ministério de finanças na implementação das políticas. A dissolução do escritório do RDP foi feita semanas após a nomeação do primeiro Ministro de Finanças proveniente da ANC, Trevor Manuel (HIRSCH, 2005).

3.3 O problema do déficit público (impostos, dívida e reorganização da máquina pública)

O Governo não pretendia gerar mais inflação através do aumento na oferta de moeda e estava bloqueado em obrigações de dívida para os próximos anos. Para aumentar o seu poder de ação, poderia aumentar sua receita através de maiores impostos ou aumentando seu endividamento, já que novas fontes de fundos estavam disponíveis.

A ANC acreditava que aumentar os impostos sobre o rendimento poderia assustar potenciais investidores. A África do Sul já era uma sociedade fortemente tributada e o principal imposto indireto, sobre o valor agregado (VAT) de todas as compras de bens e serviços, penalizava os pobres, que gastavam quase todos os seus rendimentos em bens e serviços sujeitos a ele.

Depois de um período de estagnação econômica devido à política recessiva para manter um superávit e pagar a dívida, em 1993 a dívida sul-africana representava 14,8% do PIB e não era tão alta comparando com outros países de renda média. Porém, apesar da emissão de

alguns títulos estrangeiros, seus principais objetivos eram refinar o crédito existente (PADAYACHEE, V, 2005).

Entre os motivos para o governo não ter se financiado por meio de empréstimos estão: 1) Não ficar na mão do FMI; 2) não correr risco de não aplicar bem o dinheiro em período de reestruturação da máquina pública e 3) ter um bom motivo para enxugar o serviço público (HIRSCH, 2005).

Fallon e Pereira da Silva (1994), através de dados da SARB, mostra a situação das contas governamentais no momento em que há a troca de governo. O déficit das contas fiscais do governo central e dos “bantustões independentes” combinados atingia 9,5% em 1993. Para tentar manter o regime do Apartheid em crise, a porcentagem das despesas públicas destinadas ao pagamento dos seus empregados havia aumentado para 34,9% das despesas entre 88-93 de 26,5% entre 78-82. O pagamento de juros quase dobrou em porcentagem das despesas na comparação entre os períodos entre 78-82 e 88-93. O governo focou em reduzir o déficit atacando os gastos excessivos, assim como a dívida. Tal atitude combatia apenas um lado do problema, pois o déficit se devia não só ao aumento dos gastos governamentais para a manutenção do regime e ao aumento das obrigações com a dívida pública. Com a economia em recessão e as restrições internacionais, a receita do governo que já vinha crescendo menos do que os gastos desde a década de 1980, caiu nos anos que precederam o fim do regime. Entre 1991 e 1993, há uma redução tanto do PIB quanto da receita do governo.

TABELA II: Contas do governo: Receitas, gastos e déficit fiscal

Taxa de crescimento real*	1978-82	1983-87	1988-93	1991	1992	1993**
Total de receita	4,0	2,2	2,0	-2,2	-3,0	-3,0
Total de gastos	2,2	2,9	3,5	8,4	0,5	7,5
PIB	4,0	0,3	0,7	-0,7	-0,4	-2,7
% no PIB médio	1978-82	1983-87	1988-93	1991	1992	1993**
1) Receita total/PIB	27,1	28,7	31,2	32,0	31,2	31,1
2) Gasto total/PIB	31,3	32,8	36,2	36,5	36,8	40,6
Déficit fiscal/PIB	-4,2	-4,1	-5	-4,5	-5,6	-9,5
Fonte: Adaptado de Fallon e Perreira da Silva, 1994						
* A preços de 1985 constantes						
** Dados de 1993 são preliminares						

Até o final de 1994, o governo percebeu que só a realocação não seria capaz de solucionar os desafios fiscais que enfrentava, e anunciou uma estratégia de "aperto de cinto" no funcionalismo público, inclusive nos funcionários diretos do governo. O objetivo de reduzir o déficit orçamental de 6,8 para 4,5% do PIB num período de cinco anos foi facilmente alcançado. O crescimento do PIB em média foi próxima aos 3% anuais projetados, mas o governo não pôde reverter imediatamente a tendência de aumento dos seus gastos de consumo (HIRSCH, 2005). Refletindo o aumento das despesas de capital, a porcentagem dos serviços gerais do governo no PIB aumentou de 16,2% em 1994 para 17,3% em 1998 (BOND, 2013).

3.4 O Banco Central Sul-Africano (SARB) e a política monetária de Stals: As metas monetárias

Embora a política monetária dificilmente possa assumir a responsabilidade primária pela reestruturação de uma economia fortemente distorcida, o seu impacto no emprego e no crescimento não é negligenciável neste contexto e deve ser considerado (HIRSCH e BHORAT, 2013).

Chris Stals queria assegurar a estabilidade monetária com o controle da inflação como meta principal. Ao longo dos vinte anos de 1972 até 1992, a inflação na África do Sul fluuava entre 10 e 20 por cento por ano (STALS, 1998).

A liberalização financeira foi sendo feita de maneira gradual. O primeiro passo foi abandonar o controle do rand financeiro em 1995, logo após a fuga de capitais mexicanos que destruiu o valor do peso. A saída de capitais no ano seguinte obrigou o banco central a subir a taxa de juros para conter a desvalorização do Rand. Entre 1999 e 2001, três grandes firmas sul-africanas puderam mudar seus domicílios para Londres por motivos de financiamento e afrouxamento dos controles restantes. Segundo Bond (2013): “Mandela deu o assentimento para a fuga de capital extrema que hoje deixa a África do Sul entre os países mais afetados por um déficit em conta corrente.”

A política do banco central se baseava em metas monetárias pré-anunciadas. De acordo com os boletins do banco central, a taxa aceitável para o aumento da oferta de moeda incluindo depósitos e créditos (M3) era de 6 a 9%. Entre 1994 e 1998, o nível de crescimento

dessa oferta se aproximou de 15%, nem sequer próximo dessa faixa. O crédito cresceu cerca de 16% nesse período. Os temores de que a expansão do crédito levasse à inflação não se concretizaram: enquanto a oferta de moeda continuou a crescer rapidamente em 1995, 1996 e 1997, a inflação continuou a declinar e não saiu do controle mesmo após a depreciação de 22% do rand em 1996 (STALS, 1998).

Na teoria neoclássica seguida pelo governo, o aumento das taxas de juros reais é considerado um ponto para melhorar a quantidade e a qualidade do investimento em longo prazo e, por isso, é visto como uma base importante para o crescimento (ROBERTS, 1997).

Em 1995, com a recuperação econômica em curso, Stals tinha duas opções. Na expectativa de mais investimentos de longo prazo que compensariam a inflação causada pelo aumento do preço das importações (que correspondiam entre 20% e 30% do PIB) ele poderia ter optado por uma política monetária mais moderada, com metas de inflação modestas de um dígito. Em vez disso, baseado no pressuposto de que a inflação sul-africana resultava do excesso de demanda, em vez de problemas estruturais relacionados à oferta, o SARB continuou a segurar a oferta monetária e o crédito sob os pressupostos que são bons indicadores da demanda agregada e que a taxa de juros deveria ser usada para controlar o crescimento da oferta monetária (ROBERTS, 1997).

A taxa bancária real (a diferença entre a taxa SARB e o índice de preços ao consumidor) variou em média entre 5,4% no início da década de 1990 e aumentou para mais de 11,5% de média entre 1994 e 1999. A taxa de juros prime real subiu 17,5%.

A política monetária apertada com altas taxas de juros reais e taxa de câmbio supervalorizada desencorajou o consumo e investimento interno e incentivou o ingresso de capital de curto prazo volátil por causa dos juros a serem ganhos, afastando capitais de médio prazo que assumiriam forma de investimento direto, cortando a expansão doméstica. Isso tudo num país que necessita de grande injeção de capital externo para crescer, pois a propensão a poupar e o investimento interno são historicamente baixos. O efeito positivo do fortalecimento da moeda acabou sendo mais do que compensado pela contração da economia local (HIRSCH, 2005).

Durante a maior parte dos anos 90, a principal forma de intervenção do SARB no mercado a termo foi através de swaps cambiais. Em meados de 1998, quando o pânico emanado da crise russa atingiu a África do Sul. Stals interveio maciçamente para tentar manter o valor da moeda em cerca de cinco rand para o dólar dos EUA. Ele fez isso em grande parte através de swaps no mercado de câmbio a prazo, tornando seu passivo futuro em dólares muito alto e perdendo reservas. Assim que os investidores tomaram conhecimento disto, eles apostaram pesadamente contra o rand, que caiu 20%. Para segurar a depreciação da moeda, a taxa de juros bancária real foi forçada até 14%, enquanto a taxa do banco central para os bancos chegou a quase 22% em setembro.

O crescimento trimestral diminuiu 2 pontos percentuais imediatamente após o início da depreciação de 1998 e o investimento enfrentou uma contração importante, parcialmente induzida pelo grande aumento das taxas de juros reais (BHUNDIA E RICCI, 2006)

A partir de março de 1998, Stals já havia abandonado as metas monetárias e passado a determinar a taxa de juros através de leilões diários de liquidez. Tito Mboweni assume o banco central em agosto de 1999, logo após a eleição de Mbeki, em junho. Em setembro de 2001, Mboweni fixa a taxa de juros de recompra do banco central para eliminar qualquer ambiguidade sobre os sinais de política de banco de reserva. Os leilões diários foram substituídos por semanais (ARON E MUELLBAUER, 2006).

3.5 Trevor Manuel e o GEAR

Após a liberalização e consequente desvalorização do Rand em 1996 e o insucesso do RDP, o governo precisava acalmar o mercado financeiro. Logo, Liebenberg foi substituído por Trevor Manuel como ministro das finanças, já dissolvendo o projeto social democrata RDP e preparando terreno para apontar o novo projeto, menos keynesiano, antes do orçamento de 1996/97 (CARMODY, 2002).

A agenda neoliberal vinculada ao contexto de reestruturação econômica pela qual vários países em desenvolvimento passaram no final da década de 1980 e início da década de 1990, entre eles o Brasil, tomou espaço no discurso desenvolvimentista na África do Sul. O crescimento econômico através da estabilidade macroeconômica passou a ser o ponto central

do programa conhecido como GEAR (Growth, Employment, and Redistribution Programme) (HURT, 1999).

No entanto, o discurso de inclusão permanece intacto, diferentemente do Brasil onde a abordagem era menos inclusiva e mais estabilizadora (SOKO, 2004).

A GEAR associou maior prudência fiscal à capacidade de aliviar uma política monetária ainda restritiva, permitindo maior espaço para inovação e investimentos privados, local e estrangeiro, através de incentivos fiscais e facilidades de crédito. Manuel propôs uma meta de redução de déficit ainda maior que Liebenberg, incluindo a reestruturação do serviço público. Pretendia incentivar uma maior flexibilização do mercado de trabalho e montar um acordo de ligação maior entre salários e produtividade. Também visava aumentar a concorrência local através da ajuda às pequenas empresas voltadas à exportação.

Com a inflação sob controle, a política fiscal conservadora sob a forma de redução do déficit orçamental e política monetária restritiva, escapando da armadilha da dívida, foram consideradas as intervenções mais importantes necessárias para facilitar o crescimento e o emprego. Estas medidas permitiriam a suavização das taxas de juros, reforçariam a confiança e acenderiam o motor de investimento do setor privado (STREAK, 2004). Também era necessário manter a vantagem competitiva criada pela depreciação do rand em 1996, apoiado por uma maior liberalização das tarifas de importação (HIRSCH, 2005).

O crescimento econômico do país seria realizado por meio de privatizações, investimento na infraestrutura municipal e abertura da economia sul-africana aos investimentos externos diretos (FDI). As melhorias sociais necessárias no país viriam a reboque da capacidade de crescimento econômico, com o estado participando de forma atuante na criação de políticas de distribuição de renda. Com isso, o país garantiria níveis de produtividade e competitividade suficientes para corresponder às demandas sociais por serviços públicos e por infraestrutura adequada. Algumas das projeções para os anos 2000 previam o crescimento do país no patamar de 7% ao ano, aproximadamente, e a geração mais de 400.000 postos de trabalho (MACEDO, 2015)

Segundo Bond (2013), de todos os objetivos da GEAR no período de 1996-2000, os únicos atingidos com sucesso foram os mais importantes para as grandes empresas: a redução

da inflação (de 9% para 5,5% em vez dos 7-8% projetados); A conta corrente excedente antes da saída de capital dos anos 2000 (não em déficit como projetado) e o déficit fiscal (abaixo de 2% do PIB, em vez dos 3% projetados). Hirsch (2005) acrescenta entre os sucessos o consumo do governo, mantido estável e uma taxa de crescimento das exportações de cerca de 10%. A proporção de domicílios com acesso a água potável cresceu de 60% em 1996 para 85% em 2001, enquanto o número de casas com acesso à eletricidade aumentou de 32% para 70% no mesmo período.

As decepções foram crescimento, emprego e investimento. O departamento de finanças projetava, entre 1996 e 2000, desempenhos de 4,2% no crescimento anual médio do PIB, 2,9% no crescimento médio do emprego formal não-agrícola e 11,7% no investimento privado médio anual. O crescimento do PIB teve média de 2,5%. O desemprego formal aumentou em média 2%. O investimento privado só aumentou 2,7%, e o investimento público em bens de capital não foi suficiente para alavancar o crescimento (STREAK, 2004)

TABELA III: GEAR – Principais indicadores: Projetado x Atingido

%	Média Anual Projetada (1996-2000)	Média Anual Atingida (1996-2000)
Crescimento do PIB	4,2	2,5
Inflação	8,2	6,6
Déficit Fiscal / PIB	-3,7	-2,9
Crescimento de Emprego	2,9	-2
Crescimento do Investimento no setor privado	11,7	2,7
Fonte: Adaptado de JC Streak (The GEAR legacy, 2004)		

A suposta melhoria simultânea na gestão das finanças públicas e investimento que iria aumentar os níveis de crescimento não aconteceu. Um motivo foi a falta de cooperação da política monetária com a estratégia da GEAR. A política monetária foi excessivamente restritiva, e a crise macroeconômica na Ásia, Brasil e Rússia em 1998, levou a África do Sul a uma política monetária ainda mais conservadora. O efeito positivo do governo reduzindo seus empréstimos (que haviam aumentado o custo do capital nas décadas anteriores) foi mais do que compensado pelo efeito da redução do investimento governamental com o seu potencial de incentivar o investimento privado. O setor privado, nacional e internacionalmente, permanecia cauteloso sobre o futuro da África do Sul.

3.6 Política industrial sul-africana

Apesar de algumas oportunidades para a expansão agrícola, as restrições climáticas internas e as condições do mercado mundial como subsídios e proteções alfandegárias funcionam como restrições à utilização da agricultura como impulsora do crescimento e emprego do país (HIRSCH, 2005).

Em contraste, os setores de serviços têm sido o pilar do crescimento econômico geral, aumentando sua participação no PIB de maneira constante nos últimos anos. A financeirização da economia, a proliferação de serviços empresariais e a forte expansão dos setores das telecomunicações apoiaram o forte desempenho do setor de serviços (IDC, 2013).

Porém, o setor chave para a intervenção política em vista do crescimento e criação de emprego seria o industrial. O sucesso dos tigres asiáticos mostrou que havia uma forte ligação entre desenvolvimento econômico e fortes capacidades industriais. Com base em exportações competitivas de produtos manufaturados, tais países cresceram rapidamente e alcançaram padrões de vida muito mais elevados.

O modelo a ser seguido na África do sul era um misto de duas correntes de pensamento, ambas dependentes do investimento direto estrangeiro para alcançar sucesso: Para alguns, a fim de crescer, a África do Sul deveria explorar suas forças comprovadas, principalmente mineração, energia barata e fabricação de insumos e produtos. O processo de produção desses produtos é geralmente muito capital intensivo e a rentabilidade da produção geralmente depende mais de vantagens comparativas naturais, do que de qualificação ou experiência. A outra importante corrente utilizada acreditava em incentivar a produção, orientada para o exterior, em setores que antes não pareciam fortes. As implicações políticas seriam reduzir as barreiras comerciais e implementar programas destinados a incentivar indústrias com absorção de mão-de-obra novas, especialmente, pelas pequenas e médias empresas.

A economia sul-africana é dominada por um grupo de conglomerados, sendo que os quatro maiores controlavam 83% das empresas listadas na Bolsa de Valores de Johannesburgo (JSE) antes do fim do apartheid. Para desafiar essa estrutura, a ANC reconheceu a importância de facilitar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas de propriedade

sul-africana em indústrias intensivas de mão-de-obra e de fabricação leve (CARMODY, 2002).

A criação e incentivo a setores não tradicionais esbarravam no histórico das empresas manufatureiras da África do Sul, que não tinham reputação de inovação, uma vez que a natureza do regime protecionista da África do Sul incentivou o licenciamento e a cópia para o mercado interno (HIRSCH, 2005). Para os primeiros anos de democracia, a África do Sul teria de confiar e explorar suas vantagens naturais. Durante essa fase, seria iniciado um processo de atração de investimento externo direto, trazendo novas tecnologias que ajudariam na construção de capacidades em recursos humanos, competências de gestão e infraestrutura, o que iria apoiar a diversificação em direção à indústria leve e de serviços, mais intensivas em emprego. (CARMODY, 2002)

Embora a África do Sul tenha dedicado uma parcela razoável do PIB à pesquisa e desenvolvimento, Bhorat (2013) diz que o governo não orientou os fundos de forma suficientemente eficaz para incentivar a inovação industrial e o surgimento de um número significativo de empresas baseadas na inovação, apesar de uma produção científica relativamente alta. Bhorat salienta que mesmo nos produtos que não são básicos, as exportações da África do Sul seguem contendo uma elevada cota de matérias primas como insumos, mantendo a produção com um perfil dependente de recursos naturais e capital-intensivo. O setor manufatureiro continuou a declinar como proporção do PIB desde 1993. A indústria automóvel é uma exceção que recebeu o apoio sistemático da política industrial do governo.

Por outro lado, o programa de garantia de crédito para pequenos exportadores foi bastante eficaz, mas limitado a apoiar o esforço da África do Sul para penetrar nos mercados dos países em desenvolvimento, especialmente na África. Essa política ajudou a África do Sul a assegurar e aprofundar as relações com os vizinhos da União Aduaneira da África Austral (SACU) e na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A África subsaariana que era responsável por 9% das exportações sul-africanas em 1994 foi para 15% em 1999 (World Bank) e é o mercado mais importante para os produtos e serviços da África do Sul, em oposição aos produtos primários. Carmody (2002) complementa dizendo que entre 1994 e 1998, a África recebeu 42% dos investimentos externos das companhias sul-africanas.

Após as sucessivas crises mundiais nos últimos anos do século XX, a criação do G-20 em 1999 gerou concessões mais significativas para um comércio mais livre entre os países em desenvolvimento. O foco das negociações comerciais da África do Sul então mudou para a possibilidade de acordos de comércio livre com a Índia, o Brasil / Mercosul e os Estados Unidos (HIRSCH, 2005).

3.7 Globalização econômica na África do Sul: Políticas de incentivo à concorrência e integração interna.

Em relação à liberalização de mercados, o governo suprimiu restrições quantitativas e reduziu tarifas para importação vários produtos, excetuando produtos com níveis de proteção muito elevados e níveis significativos de emprego. A demanda de importação é essencial para crescimento de investimento e do PIB sul-africanos, à medida que os insumos importados financiam o ciclo de crescimento da África do Sul (BHORAT, 2013).

Carmody (2002) explica que uma vez implementada, a lógica da liberalização do comércio era auto reforçada, pois a queda de receita diminuição das tarifas de importação era parcialmente compensada pela diminuição dos subsídios à exportação.

A abordagem de investimento da ANC também incluía o desejo de incentivar os investidores estrangeiros, aumentando a "temperatura competitiva" na África do Sul. Também visava a criação de uma classe significativa de capitalistas negros, com presença real no setor industrial da economia. A lei de defesa da concorrência na África do Sul, assinada em 1998 tem como um dos propósitos principais o fortalecimento dessa nova classe de empresários. As outras finalidades incluem eficiência, competitividade global e preocupação com os consumidores, criação de emprego e bem-estar e o desejo de construir pequenas e médias empresas.

Em 1996, uma janela de incentivos fiscais para grandes investimentos industriais foi criada para dar a confiança de que a GEAR estava sendo implementada e combater a diminuição do investimento do setor privado. Em setembro de 1999, o programa foi cancelado, mas Manuel anunciou uma redução geral da taxa de imposto de 35 para 30% dos lucros.

No governo Mbeki, a formação de capital fixo do governo, que vinha em decadência entre 1998 e 2001, começam a crescer rapidamente em regiões antes esquecidas, com grande potencial de desenvolvimento. A cobrança de receitas públicas melhorou de tal forma que Manuel ao mesmo tempo aumentava os gastos do governo e reduzia o déficit público e a dívida em relação ao PIB. As empresas privadas também aumentaram sua captação através de títulos. Pode-se dizer que os frutos do GEAR só foram colhidos nos anos 2000. Além disso, era importante inserir partes do país negligenciadas nas décadas anteriores. As despesas do governo aumentaram principalmente na prestação de serviços sociais e no desenvolvimento de infraestrutura para as províncias. Tais atitudes foram úteis para absorver investimentos privados nos locais, como na criação de uma rodovia e ferrovias ligando o país ao porto de Maputo, em Moçambique. Mesmo a ferrovia em si se baseando na extração e transformação de minerais, também influenciou positivamente na atração de investimentos para a agricultura e o turismo (HIRSCH, 2005).

3.8 Mboweni, as metas de inflação e a mudança na postura do governo Mbeki.

Tito Mboweni assumiu o banco central em 1999, e o quadro de metas de inflação introduzido em fevereiro de 2000 melhorou a credibilidade e eficácia da política macroeconômica sul-africana. Segundo Bhorat e Hirsch (2013), esse novo regime de política econômica marcou uma ruptura decisiva do regime do apartheid para uma política adequada pós-apartheid, com mais credibilidade e eficácia. A taxa de juros interbancária foi fixada para eliminar qualquer ambiguidade sobre os sinais de política SARB.

Com as metas monetárias, o banco central vinha enfatizando sua política na inflação corrente. A adoção de metas de inflação em 2000 visava reforçar a transparência e a previsibilidade das políticas. A nova política permitia ao banco central lidar razoavelmente bem com choques de oferta. A inflação não seria controlada no horizonte mais curto possível por uma política agressiva e volátil, mas em um horizonte mais longo de dois a três anos.

A meta de inflação proposta por Mboweni visava alcançar uma taxa de aumento no índice geral de preços ao consumidor IPCX (excluindo o custo de juros hipotecários) entre 3 e 6% ao ano (ARON E MUELLBAUER, 2006).

No início do processo as taxas de crescimento do PIB se mostram positivas 4,2% em 2000 e 2,7% em 2001 enquanto os juros e a inflação tomaram trajetórias estáveis (World Bank).

No entanto, entre 01 de setembro e 31 de dezembro de 2001, o Rand depreciou-se 42% em relação ao dólar. A primeira interpretação é que a intenção bem sinalizada do SARB de diminuir a NOFP⁹ criou um excesso de demanda interna por dólar e aposta do mercado em termos de depreciação cambial. O segundo é o aperto da regulamentação cambial em outubro de 2001, que resultou em uma redução da liquidez no mercado cambial e isto tomou a forma de uma queda acentuada no valor do Rand (BHUNDIA E RICCI, 2006).

Puxada pela acentuada queda no valor internacional do rand, a inflação acelerou para 9,8% em 2002. Também foi resultado das secas e crise agrícola no Zimbábue, que levaram pra cima o preço dos alimentos, além do aumento dos salários dos servidores públicos e do controle de preços (PADAYACHEE, 2005).

Isso forçou o banco central a elevar a taxa de recompra, o que levou a um aumento das taxas de juros, para grande consternação das pequenas empresas e dos sindicatos. Uma política monetária mais rigorosa e uma política orçamental disciplinada ajudaram a conduzir o IPCX de volta à meta de inflação até 2003, o que permitiu ao banco central aliviar a taxa de recompra no segundo semestre de 2003 (PADAYACHEE, 2005).

O crescimento real do PIB foi em média superior a 3,5% ao ano, desde o segundo semestre de 1999 até ao final de 2002, foi seguido por um crescimento mais modesto em 2003 (2,8%), em parte por razões econômicas globais com a invasão iminente do Iraque e em parte porque as taxas de juros reais foram mantidas em níveis relativamente altos no segundo semestre de 2002 e no primeiro semestre de 2003 (ARON E MUELLBAUER, 2006). Apesar disso, a produção e o emprego não tem relação tão direta e o país seguiu apresentando um sério problema estrutural de desemprego (PADAYACHEE, 2005).

⁹ As intervenções no mercado de câmbio durante o Apartheid e as políticas de intervenção da SARB durante os períodos de pressão do mercado cambial geraram um grande passivo em moeda estrangeira. A *net open forward position* (NOFP) é a posição aberta do SARB no mercado a prazo menos as suas reservas internacionais líquidas.

O contraste com a resposta dada por Stals à depreciação de 1998 é impressionante. A taxa de recompra foi moderadamente elevada de 9,5 para 13,5 por cento em setembro de 2002, nível mantido até junho de 2003. Em 2004 a taxa voltou a se estabilizar em 8%. As metas de inflação também voltaram a se colocar abaixo de 6% já em março de 2003, apesar das condições económicas mundiais recessivas (ARON E MUELLBAUER, 2006).

TABELA IV: Resultados atingidos: Inflação, Juros e Crescimento – Stals x Mboweni

	Stals (1994-1999)	Mboweni (1999-2004)
Taxa de inflação média (IPC, %)	8,0	5,3
Taxa de juros real média (%)	11,5	7,7
Crescimento do PIB médio (%)	2,6	3,6

Fonte: Adaptado de SARB e FMI em Aron e Muellbauer, 2006

O fechamento em 2003 da grande posição da NOFP criada pelo anterior regime de política monetária foi uma conquista importante e libertou o SARB para acumular reservas cambiais. Assim, reduziu a instabilidade da taxa de câmbio de curto prazo e, portanto, a inflação e a volatilidade da taxa de juros (ARON E MUELLBAUER, 2006).

A sucesso nos indicadores macroeconômicos e na política monetária do SARB, além da alta demanda chinesa e do boom das commodities no início dos anos 2000 permitiram ao governo um afrouxamento na sua política fiscal. O déficit que era de 1,1% do PIB em 2002/2003 saltou para 2,4% do PIB, graças ao aumento de despesas com investimento e transferências sociais, incluindo provisão de remédios para a AIDS e extensão dos projetos de transferência de renda e de inclusão racial (HORTON, 2006). Padayachee (2005) chega à conclusão que a África do Sul sai dos 10 primeiros anos melhor posicionada do que em qualquer momento para capitalizar o sucesso da estabilização macroeconômico em criação de empregos e crescimento econômico.

CAPÍTULO IV– A BUSCA POR IGUALDADE NOS 10 PRIMEIROS ANOS DA ANC NO PODER: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MERCADO DE TRABALHO E COMBATE A DESIGUALDADE DE RENDA.

4.1 Os serviços básicos na África do Sul pós Apartheid: a problemática da Educação, moradia, infraestrutura, segurança e saúde

Antes de 2000, as intervenções de desenvolvimento mais significativas através do fisco foram aumentos notáveis nas despesas com serviços sociais, em grande parte saúde, educação e bem-estar social. Em 2000, quando a estabilidade econômica permitiu uma postura fiscal mais expansionista, o governo aumentou sua preocupação com infraestrutura e serviços. As despesas com subsídios sociais aumentaram de R\$ 10 bilhões em 1994 para R\$ 38,4 bilhões em 2003 e o número de beneficiários cresceu de 2,6 milhões para 6,8 milhões (HIRSCH, 2005).

Enquanto liberalizava o mercado, o governo se manteve atento à necessidade de manter alguma regulação sobre certas indústrias relacionadas a serviços básicos, como educação, moradia, água, eletricidade, telecomunicações, segurança, transporte e saúde. Porém, muitas vezes tentar o governo falha ao estabelecer preços a um nível que seja consistente e encoraje a prestação eficiente de serviços em longo prazo (STORER, 2003).

A África do Sul vem destinando aproximadamente 25% de seus gastos para a educação. As matrículas no ensino fundamental e médio aumentaram de 70% em 1992 para 85% em 2001. No ensino superior, dados do governo mostram que menos de 9% dos jovens sul-africanos de até 22 anos estavam matriculados em universidades, cursos técnicos ou outras instituições de ensino em 1999. Mesmo assim, o número de alunos de 20 anos ou mais com ensino médio completo ou no ensino superior aumentou 7,4% entre 1999 e 2004 (HIRSCH, 2005).

A porcentagem de negros nas universidades públicas aumentou. Em 1993 eram 40% dos alunos. Em 2002 eram 60% (TJABANE, 2010). Porém, a diferença entre brancos e negros ainda é muito grande. Entre as pessoas com 20 anos ou mais em 1999, apenas 21,7% dos

negros tinha ensino médio completo ou superior, enquanto entre brancos o número chegava a 78,9%. Na mesma época, o analfabetismo ainda atingia 16% dos negros, enquanto entre os brancos a taxa é de 0,5% (STATS SA).

Bond critica a política educacional do governo direcionada aos pobres, segundo ele proporcionalmente menor do que a parcela da população nesse estado. Na África do Sul a educação deve ser gratuita, mas na prática as escolas exigem taxas escolares e outros custos (como uniformes, livros escolares e transporte) que tornam difícil o acesso para os mais pobres, sendo esse o motivo mais citado para o abandono da escola pelos alunos. Em uma pesquisa estadual de 2001, 48% deixaram a escola sem completar o ensino médio. A mesma pesquisa divulgou que as escolas estatais estavam em forma terrível, 27% com falta de água, 43% sem eletricidade e 80% sem bibliotecas e computadores (BOND, 2013).

A política para a reforma agrária e construção de moradias para os pobres também tem essencial importância na redução da desigualdade na África do Sul, visto o afastamento geográfico e a baixa qualidade dos assentamentos urbanos característicos do Apartheid. Logo após a posse de Mandela, o Estado assumiu sua função de fornecer abrigo básico dentro dos limites de recursos disponíveis. Só forneceria diretamente moradia aos mais pobres (SEFIKA 2012). De acordo com suas limitações, empreendeu uma política de subsídios, mas reconheceu que o subsídio fornecido não compra uma casa adequada. Por conseguinte, promove parcerias entre a concessão desses subsídios estatais e a concessão de crédito habitacional por meio de bancos (BURGOYNE, 2008).

Apesar de ser o país que entregou mais casas nesse período, a necessidade por moradias urbanas aumentou de 1,5 milhões em 1994 para 2,4 milhões em 2004. Algumas das razões para este aumento na necessidade por moradias são crescimento natural da população, uma tendência para a urbanização e entrega inadequada para resolver o déficit histórico (BURGOYNE, 2008).

Outra crítica vinha do fato de o projeto não prever melhorias para as casas já existentes ou promoção de aluguéis a preços acessíveis (BURGOYNE, 2008). O maior problema do sistema de entrega de moradias, porém, era que o projeto de redução de custos fez com que as casas entregues seguissem o sistema de afastamento do Apartheid: As casas foram construídas ainda mais longe das áreas centrais, postos de trabalhos e acesso aos meios de comodidade,

pois isso afetava o preço da propriedade. A qualidade das habitações também era baixa: Além de pequenas, as casas subsidiadas convivem com desconexões contínuas da água e da eletricidade e serviços estatais de menor qualidade que vão desde a coleta de lixo até estradas sem pavimento e drenagem inadequada de águas pluviais (BOND, 2013).

O programa de reforma agrária, destinado a devolver uma proporção significativa de terras aos negros, começou lentamente no setor agrícola. Houve abertura para pedidos de restituição de posse, com indenização a ser paga ou doação/restituição de terras a serem feitas pelo governo, mas o processo se mostrou lento e com avanços modestos durante o período (CASTELO BRANCO, 2003). A maior parte das terras aráveis e com acesso a água seguem pertencendo aos brancos: Em vez de 30% de terras redistribuídas entre 1994 e 1999, conforme estabelecido no RDP, menos de 2% da boa terra foi redistribuída. Após 10 anos de governo ANC, terra e habitação não haviam sido redistribuídas a taxas adequadas para a população (BOND, 2013).

A extensão dos serviços sociais e investimento em infraestrutura também foi uma intervenção significativa dos governos da ANC, principalmente após 2000, com uma proporção cada vez maior de fundos direcionados para as províncias e municípios. O resultado foi que, por exemplo, a proporção de domicílios com acesso a água limpa cresceu de 62,4% em 1996 para 79,8% em 2004, enquanto o número de casas com acesso à eletricidade aumentou de 54,1% para 72% no mesmo período (HIRSCH, 2005). Por outro lado, segundo dados do próprio governo lançados para 2004, apesar do esforço do governo para fornecer aos cidadãos os suprimentos básicos de água, 8% da população ainda não tinha acesso ao abastecimento de água e 28% não dispunham de serviços de saneamento adequados (GOWLLAND-GUALTIERI, 2007).

O Free Basic Water, implementado em 2000 por Mbeki para dar acesso à água para a população mais pobre acabou não sendo bem sucedido na tentativa de mudar tal cenário: Em Durban o custo real total da água acabou dobrando para os lares pobres entre 1997 e 2003, pois a água consumida “além do básico” ficou mais cara para subsidiar o baixo preço para aqueles que consumiam apenas o básico. Esse aumento de preços teve o impacto direto de causar um declínio no consumo de pessoas pobres, em um terço, durante as pandemias de cólera, diarreia e AIDS daquele período, quando a água era mais necessária. A parte

privatizada do setor também não ajudou a prover uma quantidade mínima de água livre para os mais pobres, pois não era economicamente viável (BOND, 2013).

O aumento do preço da água e eletricidade foram necessários graças ao corte progressivo de 85% dos subsídios diretos nos preços dados às províncias. Com as privatizações, as empresas também encontravam dificuldade de auferir lucros em locais pobres por excesso de custos e falta de pagamento. Assim, os encargos se tornaram relativamente muito mais altos para as pessoas pobres e tais serviços não foram estendidos à maioria dessas pessoas, com muitos residentes de baixa renda sendo desconectados. (BOND, 2013)

Em 2002, o resultado dessas mudanças era que as taxas de serviço sobre água e eletricidade consumiam 30% da renda dos domicílios que ganhavam menos de US\$ 70 por mês. Uma onda de desconexões fez com que um número estimado de 10 milhões de pessoas perdesse o serviço: 60 % destes não foram reconectados dentro de seis semanas, indicando que a pobreza era o motivo do corte, não a chamada "cultura de não pagamento". Como resultado de tarifas cada vez mais inacessíveis e desconexão de contas em atraso, muitas vezes a resistência foi feita através reconexões ilegais (BOND, 2013).

Nas telecomunicações, os preços por chamada dispararam após a privatização parcial da Telkom, resultando no fim dos subsídios internos e nos novos investidores tentando maximizar os lucros durante o final dos anos 90. Desde o processo de privatização da companhia, vinte mil trabalhadores foram demitidos. Novos concorrentes não conseguem adentrar o mercado e as tentativas do governo de limitar os preços de monopólio de linha fixa foram rejeitadas (BOND, 2013).

Dados próprios divulgados pelo governo e de organizações como o escritório da ONU para drogas e crimes colocam a África do Sul entre os países mais violentos do mundo. Crimes envolvendo violência como assassinato, estupro e abuso infantil tem o país como um dos líderes nas estatísticas. Entre os maiores motivos para tais taxas de violência estão as enormes desigualdades de renda, o desemprego e a exclusão social, a presença de uma força policial pobre e corrupta e um sistema educacional pouco desenvolvido (CSVR, 2010).

Uma forma específica de violência tem aumentado consideravelmente desde que o fim do Apartheid. A estabilidade política e a economia mais desenvolvida em relação aos vizinhos

trouxe uma nova onda imigratória para a África do Sul. Nesse contexto de maior unidade nacional e crescimento do sentimento nacionalista, a manifestação da xenofobia aumentou consideravelmente. Os estrangeiros são vistos como responsáveis por vários males sociais como aumento do crime, propagação do HIV / AIDS, corrupção dos funcionários públicos e altos níveis de desemprego. O estado começou a concentrar suas políticas e recursos em um regime de imigração mais controlado para conter esse sentimento por parte da população local (NAHLA VALJI, 2003).

O transporte na África do Sul segue sendo problemático. Trabalhadores pobres estão localizados a quilômetros de seus locais de trabalho em potencial, de serviços comerciais e públicos. O transporte público em 1994 praticamente inexistia fora dos grandes centros e apresenta baixa integração. Embora os serviços de transporte público tenham começado a melhorar durante o novo governo democrático, as pressões para reduzir o déficit público forçaram a reduzir os subsídios que poderiam ter ajudado os trabalhadores pobres a terem acesso a esse serviço (HIRSCH, 2005).

Não menos grave é o problema de saúde sul-africano que funciona como uma barreira para o desenvolvimento socioeconômico do país. Bond considera que o desafio só alcançou tal magnitude devido a reticência dos governos em levantar a AIDS como uma crise social, mesmo antes de 1994. O número de infectados subiu exponencialmente na década de 1990 e o país lidera em número de casos da doença. Em 2003, 21,5% dos adultos sul-africanos estavam infectados pelo HIV e o número de mortes pela doença se aproximava do número de mortes por todos os outros motivos no país. A expectativa de vida caiu de 61 anos em 1994 para 51 anos uma década mais tarde.

Segundo um relatório de 2004 da UNAIDS, programa da ONU sobre HIV/AIDS, uma pesquisa de 2002 sobre as famílias afetadas pela AIDS na África do Sul descobriu que menos da metade tinha água corrente na habitação e quase um quarto das famílias rurais não tinha banheiro. Em 2004, mais de 40% dos cuidadores primários se demitiam do trabalho ou abandonavam a escola para cuidar de um membro da família doente infectado pelo HIV. Era previsto um aumento do número de órfãos de 2,2 milhões (12% de todas as crianças) em 2003 para 3,1 milhões (18% de todas as crianças) até 2010 (UNAIDS, 2004). Entre as maiores causas da propagação da AIDS no país estão a baixa qualidade serviços públicos de saúde e

graves restrições de pessoal, com muitos médicos e enfermeiras indo trabalhar no exterior. A distância entre o trabalho e a moradia dos trabalhadores menos remunerados e as péssimas condições de habitação que eles possuem também contribuem para o estado epidêmico da AIDS no país. Outras doenças infecciosas como a tuberculose, a cólera e a malária também se tornaram mais prevalentes do que durante o Apartheid. A diarreia matou 43.000 crianças por ano entre o fim do regime e 2013, em consequência principalmente de provisão inadequada de água potável. A maioria dos sul-africanos com HIV tinha, até meados da década de 2000, pouco acesso às medicações necessárias (BOND, 2013).

Segundo a UNAIDS, o governo sul-africano aumentou em 86% em termos nominais o orçamento de combate à AIDS em 2003. Bond considera que entre as razões para o insucesso do governo no combate ao problema da AIDS foi a pressão exercida pelos mercados financeiros internacionais e domésticos para manter o déficit orçamentário em 3% do PIB, conforme exigido pela GEAR. Outra razão é o vasto tamanho do exército de reserva de trabalho na África do Sul e a concentração do mercado: Essa característica da estrutura sociopolítica da acumulação permitiu que as grandes empresas substituíssem prontamente os trabalhadores doentes, ao invés de lhes proporcionar tratamento adequado.

4.2 O mercado de trabalho sul-africano

A África do Sul tem o maior nível de desemprego no G-20. Isto reflete o impacto continuado das políticas de apartheid prosseguidas antes de 1994, nem todas as quais foram efetivamente combatidas (HIRSCH e BHORAT, 2013). O desemprego é a maior causa da pobreza que assola a África do Sul (PADAYACHEE, 2005).

A análise do mercado de trabalho sul-africano o caracteriza por sua rigidez. Podemos mostrar tal característica através da consideração do desemprego sul africano e o custo da mão de obra. Durante 1995- 2005, o desemprego não só foi grande, mas crescente, enquanto o custo da mão de obra subia. Os salários se mostraram pouco elásticos à mudanças nas condições do mercado, gerando desemprego (FEDDERKE, 2012). Hirsch e Bhorat (2013) mostram que a inelasticidade é ainda maior para empregados negros.

Os estudos apontados por Fedderke (2012) como mais coerentes para o mercado de trabalho atual da África do Sul sugerem que o emprego responde fortemente ao crescimento

econômico. O crescimento não gera uma forte pressão salarial, enquanto a oferta de trabalho responde fortemente a quaisquer aumentos salariais que surjam. Assim, a intervenção política mais óbvia no combate ao desemprego na África do Sul deve ser a política de crescimento econômico. Hirsch (2005) corrobora com tal tese ao mostrar que a taxa média de crescimento global do emprego foi de cerca de 2,1% ao ano entre 1999-2003 - com uma taxa média de crescimento econômico de cerca de 2,8% ao ano. Isto sugere um coeficiente de 0,75 entre a taxa de crescimento e a taxa de criação de emprego. Esta é uma resposta de emprego relativamente elástica

O autor segue mostrando que a outra corrente, que sugere que o caminho correto seria a diminuição do custo do trabalho no país é menos realista, visto que na década de 80 a proibição dos sindicatos não fez com que o desemprego diminuísse e que os baixos salários negros na década de 60 foram acompanhados do surgimento do desemprego como fenômeno significativo no país.

Independentemente de qual conjunto de resultados está correto, a política de desemprego não se concentrou nem no crescimento econômico, nem na redução dos custos salariais reais na África do Sul, o que ajuda a entender o porquê da resistência do problema de emprego no país (FEDDERKE, 2012).

Ao observarmos a distribuição recente do valor bruto adicionado e o emprego gerado por setor na África do Sul vemos uma distribuição mais em linha com países desenvolvidos, pelo emprego e contribuição ser mais crescente no setor de serviços, principalmente os financeiros, que necessitam altas taxas de especialização. Os setores de commodities minerais e industrial (Mineração e Manufaturas) vem perdendo significância como fontes de emprego, apesar de serem mais intensivos em trabalho. Devido à dificuldade da economia sul-africana em gerar oferta de trabalho mais especializada em grande quantidade, temos um dilema quanto à resolução do problema de empregabilidade.

TABELA V: Participação setorial no valor adicionado e emprego

Valor adicionado bruto (%)
por atividade econômica a preços básicos

	Agricultura + Mineração*	Manufaturas	Serviços**
1990-1994	10,52	15,42	13,64
1995-1999	9,4	15,25	14,66
2000-2004	8,53	15,35	16,43

Empregabilidade (%)
participação setorial entre os que estão empregados

	Mineração	Manufaturas	Inst. Financeiras
1990-1994	14,16	32,17	3,99
1995-1999	11,87	32,1	4,82
2000-2004	9,48	28,26	14,96

Fonte: Adaptado de South African Reserve Bank em Feederke (2012)

* Inclui silvicultura e pesca

** finanças, seguros, mercado imobiliário e serviços empresariais

Uma proporção muito elevada de jovens estava desempregada: em 2004, cerca de 53% dos desempregados tinha menos de 35 anos. Isto também ocorre pelo fato de que menos pessoas com mais de 35 anos procuram trabalho, embora estejam desempregadas (YU, 2008).

Embora o emprego tenha crescido entre 1995 e 2003, a população economicamente ativa cresceu a um ritmo excepcionalmente rápido no mesmo período. A PEA teve uma taxa de crescimento de cerca de 5% ao ano, de 1995 a 2003, bem acima da taxa de crescimento da população (cerca de 1,6% em 2003). Estudos sugerem que o principal fator é que muitas mulheres africanas, que se definiram fora do mercado de trabalho em 1995, agora se definem como empregadas ou procurando trabalho. Isto é resultado da migração das zonas rurais, de um grau de libertação social das mulheres e do fato de que uma proporção muito significativa dos novos postos de trabalho criados desde 1995 estava aberta para elas (HIRSCH, 2005).

Em vez do crescimento do emprego de 3-4 por cento por ano prometido por proponentes de GEAR, as perdas anuais do trabalho de 1-4 por cento caracterizaram o fim dos anos 90. A medida oficial do desemprego subiu de 15,6% em 1995 para 28,6% em 2003. Para se ter uma ideia, tais números são maiores do que os apresentados em países no ápice da crise, como Espanha (26,3%) e Grécia (27,2%) em 2013, dados do Banco Mundial. Em suma, o

crescimento não se aproximou dos 7% ou 8% anuais necessários para absorver novos entrantes no mercado de trabalho. O desemprego aumentou tanto no setor privado como no público, e na maioria das indústrias (PADAYACHEE, 2005).

TABELA VI: Evolução do desemprego na África do Sul

	Desemprego	
	Oficial	Amplio*
1995	15,6	28,2
1999	24,85	39,9
2001	30,3	42,5
2003	28,6	42,5

*O desemprego amplo inclui aqueles que querem trabalhar mas não estão na busca ativa por emprego

Fonte: Adaptado de South American Reserve Bank em Feederke (2012)

Adicionando candidatos a emprego frustrados a esse valor, a porcentagem de desempregados sobe para 42,5%. Isso se deu mesmo com a produtividade do trabalho aumentando de forma constante e o número de dias perdidos na greve caindo, em parte devido à desmobilização dos sindicatos e hostilidade do governo às greves nacionais (BOND, 2013).

Já houve tentativas do governo de aliviar esses números ao dizer que o número de empregados na economia informal não pode ser determinado com precisão e alguns dos postos de trabalho informal apresentam características de trabalho formal. Porém, não é justo afirmar que esses empregos, vulneráveis por natureza, são qualquer indício de mercado de trabalho mais saudável (PADAYACHEE, 2005).

4.3 Desigualdade de renda, regional e racial

Como mostrado, muitas dimensões de bem estar melhoraram na África do Sul na primeira década de governo da ANC no país. Medidas de pobreza e desigualdade baseadas no acesso a serviços básicos - habitação, água, saneamento e eletricidade – mostraram uma melhora no período. Porém, apesar dos esforços do Estado para resolver a questão, persistem a pobreza, desigualdade, desemprego e desequilíbrios geográficos e raciais. Mesmo com vários artigos mostrando que sem as políticas governamentais os resultados seriam ainda piores, a desigualdade aumentou durante a maior parte do período pós-apartheid e o

desempenho na redução da pobreza tem sido medíocre. Além disso, os desequilíbrios raciais continuam a ser severos (BHORAT, 2013).

No primeiro mandato do ANC, a partir de 1994 e no segundo mandato (1999-2004), a desigualdade ainda apresentava-se em um patamar relativamente alto, tendo o coeficiente de Gini, que mede desigualdade, alcançado em 2001 a pontuação de 0,685, maior do que o apresentado em 1996. Para termos um meio de comparação, o índice de Gini do Brasil foi muito semelhante à da África do Sul em 1994. Desde então, a desigualdade no Brasil caiu, devido ao rápido aumento das taxas de matrícula e graduação no ensino médio, à introdução de transferências monetárias condicionadas e ao forte crescimento econômico. Na Índia, os níveis de pobreza permanecem mais altos do que a África do Sul, mas seus níveis de desigualdade são muito menores. Em contraste com ambas as economias, a África do Sul desde a democracia tem visto uma redução moderada nos níveis de pobreza, combinada com um aumento acentuado na desigualdade de renda desde 1994. Isso tudo tem sido em meio de crescimento econômico de dígito único (BHORAT, 2015).

No período de Mandela no poder a pobreza aumentou pouco, mas esta começou a diminuir devido aos benefícios sociais concedidos pelo governo Mbeki. Em 1995, a população vivendo com menos de R524 por mês era 53% (31% abaixo de R283/mês), chegando a 58% em 2000. A partir de 2001, os índices de pobreza entram em queda, chegando a 48% em 2005. No outro extremo, a renda do 1% mais rico passou de menos de 10% do total em 1990 para 15% em 2002, se aproximando do nível de 1949, o que mostra que a desigualdade de renda tem apresentado poucas mudanças. Ao mesmo tempo, a porcentagem do rendimento total quase não se modificou no período. Em 1994, os dez por cento mais pobres da população recebiam 0,71% do rendimento, enquanto os vinte por cento mais ricos ficavam com 72%. Em 2004 os grupos respectivamente representavam 0,69% e 72,7% dos rendimentos (REPUBLICA DA ÁFRICA DO SUL, 2010).

A desigualdade ainda é de natureza racial, com a renda média do negro representando apenas 7,6% da renda média do branco em 2005. Em 1995 representava 9,7% (REPUBLICA DA AFRICA DO SUL, 2010). De acordo com estatísticas do governo e da universidade de Oxford, em 1992 o índice de IDH entre os brancos sul africanos se aproximava ao encontrado em países desenvolvidos (0,897), enquanto entre os negros (0,500) a proximidade era maior

com o índice de países pobres como Quênia (0,434) e Zimbábwe(0,474) (VAN DER BERG et al., 2006).

Em termos de políticas de reparação da desigualdade racial, a expansão do BEE (Black Economic Empowerment) marcou o governo Mbeki, atendendo uma parte da população negra de classe média e melhor instruída. O objetivo era modificar a configuração racial de uma empresa ao mudar as pessoas que ocupavam seus cargos de comando, estimulando a contratação de não-brancos, e evitando, assim, o bloqueio na admissão e na promoção dos negros dentro da alta hierarquia de uma corporação, sendo que o sistema corporativo sempre apresentou grande influência no Congresso. Seu principal impacto foi desracializar a classe média sul-africana, promovendo um aumento da renda desse público-alvo específico: criou-se uma classe média alta negra, que vem ganhando espaço não só nos cargos do governo como também no mercado de trabalho formal público e privado. Se em 1993 a população negra consistia em 15% da classe média, em 2004 esse número chegava a 40%. A desigualdade social transferia-se assim para dentro da população negra (MACEDO, 2015) Entre os brancos, aumenta a proporção da população na classe social mais elevada. 60% da população estava entre os mais ricos em 1995. Em 2000 eram 75%. (VAN DER BERG et al., 2006)

A desigualdade regional também é notável: As províncias com maioria da população urbana como Gauteng apresenta uma renda per capita muito maior que regiões mais rurais, como Eastern Cape, por exemplo. Consequentemente, o IDH em tais regiões é mais elevado. Com dados do próprio governo, vemos que a contribuição provincial para o PIB Sul Africano não apresentou grandes variações entre 1994 e 2004. Em termos gerais, menos de 4% da população rural estava entre os 24% mais ricos da África do Sul em 2000 (VAN DER BERG et al., 2006)

O sistema de proteção social da África do Sul possui três programas principais: Benefício de Apoio à Criança (Child Support Grant), Benefício aos Incapacitados (Disability Grant), e a Pensão para os Idosos (State Old Age Pension). O Benefício de apoio à criança é o mais importante entre os três: Em 2010 o programa já beneficiava, aproximadamente, 9,57 milhões de crianças, sendo o equivalente ao Bolsa Família. Esses programas foram implementados por meio da transferência direta de renda aos beneficiados que passam por uma avaliação da declaração de renda. A expansão dos subsídios sociais teve impacto direto na vida dos mais

pobres, reduzindo os níveis de extrema pobreza e fortalecendo significativamente o poder de compra dessa parcela da população (MACEDO, 2015).

No entanto, no governo houve duas preocupações sobre os programas sociais. Uma era que o governo não queria construir condições de dependência, a outra é que o custo das transferências da seguridade social vinha aumentando rapidamente, soando como um sinal de alerta sobre a alocação de recursos governamentais. A intenção do governo era que seus programas conseguissem garantir minimamente os meios de vida sustentáveis e a criação de trabalho para que uma parcela cada vez menor da população precisasse se manter através dos subsídios sociais (HIRSCH, 2005).

A importância da criação de postos de trabalho como meio de combater a desigualdade é salientada por Bhorat (2003). A renda do trabalho explica a maior parte da renda familiar em todo o mundo, e a África do Sul não é exceção. Na África do Sul, a renda salarial (incluindo o rendimento por conta própria) representa 70% do rendimento. As decomposições de desigualdade por fonte de renda mostram que a renda do trabalho representa 85% da desigualdade sul africana. Gerar um número suficiente de empregos com baixos salários era fundamental para reduzir a desigualdade no país.

A erradicação da pobreza e desigualdade requerem estratégias de redistribuição e quadros de políticas de longo prazo vigorosamente perseguidos. Portanto, programas de desenvolvimento ou anti-pobreza por si só não podem desfazer os danos do passado por si sós. Uma transformação mais profunda requer que esses programas estejam inseridos num programa de redistribuição. Em 2003, a Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos divulgou um relatório crítico sobre o desempenho do governo nesse sentido e vários estudos concluíram que os níveis de pobreza na África do Sul permaneceram constantes ou foram agravados desde o advento da democracia. Os partidos de oposição bradavam que: "A vida não é melhor do que em 1994". A ANC, por sua vez, reagiu lembrando os críticos das mudanças políticas ocorridas no país e da restauração da dignidade dos negros sul-africanos, bem como das conquistas do governo no fornecimento de infra-estrutura, que segundo o partido são conceitos chave nas definições contemporâneas de pobreza (EVERATT, 2005).

CONCLUSÃO

A industrialização sul-africana alterou significativamente as estruturas sociais e políticas do país. No entanto, a característica mais marcante dessa sociedade desde antes do Apartheid foi a estratificação racial. O Apartheid só foi possível graças a heranças de um período colonial repleto de disputas étnicas e da dominação econômica dos descendentes de europeus sobre os nativos. Por isso, o trabalho não se resume a explorar a história sul-africana através das transformações ocorridas após as descobertas minerais ou após o início do Apartheid, mas apresenta os acontecimentos históricos que se relacionam à formação social, política e econômica do país desde o desembarque dos Holandeses, em 1652 (LESTER, 1995).

A industrialização gerada após a descoberta do ouro e diamantes no fim do século XIX fez com que o início de século XX fosse marcado pela substituição de importações que deu novo dinamismo à economia sul africana. Esse plano de fundo econômico se junta a um contexto local de disputas políticas e internacional que facilitava a formações de estados ditatoriais, que permitiram a implementação e consolidação do regime do Apartheid.

Nas duas primeiras décadas do Apartheid (1950 e 1960), a economia se desenvolveu em um momento favorável para a atuação do Estado. O governo agiu controlando o cambio e o fluxo de capitais como meio de fortalecer a produção interna. O mercado de trabalho era regulado através do controle da entrada de trabalhadores negros nos grandes centros urbanos, formando uma grande reserva de trabalho sujeita a salários muito baixos.

Nos seus períodos de industrialização, notadamente o período da descoberta de minerais e das grandes guerras mundiais, a África do Sul se caracterizou por ter formado uma indústria intensiva em capital e muito dependente do investimento direto estrangeiro. O governo do Apartheid necessitava de um alto aparato burocrático para sua manutenção e lançava mão de subsídios para a indústria em vias de manter sua base de apoio e a competitividade da economia: Durante a década de 1970, a crise do petróleo afeta tanto as exportações sul africanas quanto a entrada de investimento externo. Os custos para a manutenção do governo disparam com embargos internacionais ao regime levando ao

aumento da dívida pública e da inflação, enquanto o crescimento do PIB entra em declínio. Além disso, a elite começa a cobrar mudanças, pois o Apartheid não lhes era mais útil e os movimentos de guerrilha e oposição interna ganhavam força.

A crise da dívida nos países subdesenvolvidos na década de 1980 e a negativa das instituições financeiras mundiais em rolar os empréstimos sul-africanos gerou uma grande crise financeira no país. Quando a crise se tornou insustentável, as negociações para o fim do regime se iniciam.

A ANC assume o governo em 1994 com o país em ebulição, após pelo menos duas décadas de crises política e econômica. O país apresentava um nível de desemprego altíssimo, agravada pela baixa qualificação da mão de obra local. O investimento doméstico havia declinado e o capital externo vinha se retirando do país. Além disso, o governo estava endividado. Outra preocupação era o nível de concentração da economia local, formada por grandes monopólios.

A política de exclusão racial também havia criado um problema grave de distribuição de renda e acesso a serviços básicos que deveria ser posto como prioridade pelo novo governo. Para resolver o problema de crescimento e distribuição da sua economia, o governo poderia tomar uma estratégia mais heterodoxa de desenvolvimento que se concentrasse na diversificação e aprofundamento do mercado interno, com uma substancial redistribuição dos ativos que permitisse atacar aos dois objetivos simultaneamente. Produziria para atender às suas necessidades domésticas sem depender do mercado externo, mas para isso precisaria de aumentar seu endividamento público doméstico. Assim, reforçaria internamente a demanda através da redistribuição e mobilização de recursos conduzidas por um Estado mais atuante. Era uma saída que se aproximava mais ao “crescimento através da distribuição”

Os conglomerados sul africanos, respaldados pelas grandes instituições financeiras e grandes potências mundiais, preferiam a abertura de mercados. O governo segue esse último viés, através da globalização dos mercados de capitais e da "industrialização por convite", atraindo capital do exterior, visando o mercado externo. O crescimento econômico permitiria, ai sim, uma melhor distribuição.

Tomada a estratégia de industrialização voltada para o mercado externo, era hora de tornar a economia sul-africana competitiva internacionalmente. A reforma comercial foi bem sucedida. As tarifas para produtos não agrícolas diminuíram para menos de 5% e houve maior diversificação tanto entre as importações como as exportações. A Indústria automotiva, com grande apoio de um programa de desenvolvimento, experimentou grande sucesso no período. Mercados com vantagens naturais como o de vinho e turismo também se destacaram. Os minérios contaram com algum apoio governamental e alta dos preços para se saírem bem, mas sem grande destaque. A produtividade dos fatores aumenta, tornando mais fácil o crescimento da economia. Também contribui na queda inflação, uma vez que algumas importações foram barateadas e alguns fornecedores nacionais finalmente encontraram concorrência real (HIRSCH, 2005).

Em compensação, a indústria intensiva em trabalho foi um grande fracasso, por conta de limitações internas como a própria falta de capacitação do trabalhador local, falta de incentivo a pequenos negócios, cooperação publico-privada fraca e alguns serviços de infraestrutura não competitivos, como a qualidade da oferta de energia. Também enfrentou grande concorrência internacional no setor, notadamente dos países asiáticos.

Como resultado de melhores políticas e de um ambiente mais favorável, houve uma melhora nos dados de crescimento da economia. Se na década anterior a 1994, a média de crescimento era 1,4% e o crescimento per capita era negativo, tal média anual saltou para 3,1% de crescimento do PIB entre 1994 e 2004, com crescimento positivo per capita. Os êxitos da política macroeconômica na África do Sul são evidentes: O Déficit fiscal caiu de quase 10% em 1994 para menos de 3% em 2000. Da mesma forma, a dívida pública que era de 64% do PIB em 1994, regrediu para 50% em 2004. A inflação estava controlada e as reservas do banco central cresciam, assim como tinham sido eliminados muitas das dívidas com mercados futuros (HIRSCH, 2005).

A competição crescente do mercado local com o mercado externo aumentou a produtividade local. Além disso, a redução das taxas de juros a partir de 2000 e um desempenho econômico mais estável e previsível são alguns dos produtos de políticas macroeconômicas sólidas. Tudo isso foi possível graças a disciplina monetária e controle rigoroso da inflação, um planejamento orçamental eficaz a médio prazo, um serviço de receitas

mais forte, a liberalização do regime comercial e um melhor regime de concorrência (HIRSCH, 2005).

Por outro lado, a taxa básica de crescimento foi muito baixa: Em termos comparativos, a taxa de crescimento econômico foi consistentemente abaixo da taxa de crescimento dos países em desenvolvimento em geral (fortemente influenciada pelo desempenho da China e cada vez mais da Índia) e abaixo da taxa dos países recém-industrializados da Ásia. A taxa de crescimento da África do Sul é semelhante ao padrão das principais economias avançadas, cuja renda per capita chega a ser seis ou sete vezes maior que a da África do Sul, em média. Uma taxa de crescimento per capita de 5% anuais até 2014 era vista como necessária para melhorar as taxas de emprego e atacar a pobreza e desigualdade. Seu crescimento per capita em torno de 1% por ano não se aproxima do aumento desejado (HIRSCH, 2005).

A falha na comunicação entre os projetos de distribuição do governo que necessitava de expansão da economia local e a política monetária do banco central, com altas taxas de juros e moeda sobrevalorizada pode justificar tal padrão de crescimento abaixo das expectativas. Outra justificativa fortemente utilizada foi a baixa capacidade do governo para atrair o investimento externo necessário para sua estratégia e, principalmente, a sua negativa em suprir essa lacuna através de investimentos públicos.

A economia sul-africana foi capaz de taxas de investimento superiores a 25% do PIB no boom econômico da década de 60. No início dos anos 2000, o nível se aproximava de 15%. As altas taxas de criminalidade, as regulações do mercado de trabalho e a falta de capacitação da força de trabalho, além das incertezas iniciais sobre as políticas redistributivas do governo afastaram o investimento privado. Outras restrições econômicas ao investimento privado foram a volatilidade da moeda e o fato de que as taxas de juros e inflação ainda eram relativamente altas, elevando o custo de capital. Além disso, o mercado regional da África do Sul e da África Austral não é muito grande em termos globais, cerca de um sexto do Mercosul. Se a África do Sul não apresenta uma taxa de crescimento que compense essa diferença, a atração do investimento é prejudicada (HIRSCH, 2005).

A abertura dos mercados, que é vista como uma forma de atrair capital externo não o fez no caso Sul-Africano. A globalização do mercado de capitais na África do sul se juntou as altas taxas de juros praticadas no país, atraindo bastante capital especulativo, que não se

manifesta em investimento direto. Para piorar, no final da década de 1990, a globalização de mercados permite que os principais conglomerados de Johannesburg e Cidade do Cabo se posicionem no exterior e revertam seus lucros descendentes. Em 2001, eles estavam obtendo lucros entre os maiores no mundo industrializado, de acordo com um estudo do governo britânico. A força política e econômica desses conglomerados não diminuiu, e a configuração do mercado sul-africano não muda, segue muito concentrado (BOND, 2003).

De fato, o governo atingiu seu objetivo de diminuir o custo do capital à medida que a taxa de crescimento da África do Sul passou a apresentar melhoras, o risco declinou e a taxa de juros seguiu a tendência de queda da inflação, tendências puxadas pelo boom das commodities no governo Mbeki. Porém, a maior parte da resposta do setor privado para reduzir a inflação e as taxas de juros não foi investir mais, mas consumir mais. Suporte à inovações e à especialização da mão de obra, um plano de marketing mais ousado e outros incentivos ao investimento poderiam ser dados em torno a aumentar a transformar esse poder de consumo em investimento.

O investimento do setor público diminuiu ainda mais dramaticamente do que o privado. O investimento do setor público desceu de um pico de cerca de 16% do PIB no final dos anos 70 para cerca de 4% do PIB desde meados dos anos 90 (HIRSCH, 2005). Parte desse declínio é resultado das privatizações, que limitam a atuação do estado como motor do desenvolvimento. Outro limitador do investimento público foi o conservadorismo do governo do ANC, relutante em contrair dívidas em um momento onde o resultado dos gastos era arriscado ou especulativo. Tal conservadorismo decorria principalmente do medo do governo de perder a soberania como resultado do endividamento.

Muitas vezes surgem controvérsias pelo fato do peso das transferências públicas ter aumentado em relação ao do investimento público no orçamento das províncias. Justificativas comuns são a pouca experiência do governo com projetos de infraestrutura e pressão para transferências sociais que tem resultados mais rápidos. Também se relacionam a falta de confiança dos formuladores das políticas públicas, escassez de gestão qualificada nas províncias, oposição à "focalização" por algumas partes do governo, falta de integração adequada com as empresas e o trabalho em alguns setores e uma série de fatores institucionais relacionados.

A conclusão do trabalho é que a escolha por políticas fiscal e monetária bem controladas, focadas em reduzir o déficit público e conter a inflação, melhoraram o desempenho econômico sul-africano. Por outro lado, o desempenho das políticas sociais no país foi prejudicado graças a essa escolha por políticas ortodoxas de redução dos gastos públicos e contração monetária. De certa forma, apesar de um discurso focado em reduzir as injustiças sociais geradas pela economia do Apartheid, o governo abre mão de um poder maior de reduzir as desigualdades para garantir a estabilidade da economia e a abertura do mercado.

O crescimento do PIB foi modesto em comparação ao que deveria ser para combater efetivamente as desigualdades. A criação de emprego e o papel do estado no investimento e desenvolvimento de uma nova estrutura de mercado foram deixados em segundo plano. A taxa de desemprego aumentou. Os números absolutos de serviços prestados à população apresentaram bastante evolução, mas persistiram as limitações no acesso dos mais pobres a esses serviços, principalmente os moradores da área rural. A tentativa de dar aos negros uma participação maior na economia só fez com que uma classe de ricos negros se juntasse aos brancos ricos em uma nova classe média/alta no país. A estratificação racial das classes diminuiu, mas não foi acompanhada da redução da desigualdade entre essa classe média/alta e a grande massa de negros pobres no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERY, L.S. **The times history of The War in South Africa 1899-1902**. 1. ed. Londres, Nabu Press, 2012. 428p.

ANC. **Ready to Govern**: ANC policy guidelines for a democratic South Africa, 1992. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/docs/pol/1992/readyto.html>>

ARON, J; MUELLBAUER, J. **Review of Monetary Policy in South Africa since 1994**. Working paper series lists, Centre for the study of African Economies, 2006

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>>. Acesso em: 13 Out. 2016.

BERGER, L.R. **Is Africa the cradle of humankind? Nature, God ad Humanity**. 1.ed. Unisa press, Pretoria. 1996. p. 226-243.

BRAGA, P.R.S. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Dissertação de mestrado, Instituto de relações internacionais, 2010.

BYRNES, R. **South Africa : a country study**. 3.ed. Federal Research Division, Library of Congress, Washington DC, 1997. 532p.

BHORAT, H. Is South Africa the most unequal society in the world? **The Conversation**, Cape Town, 30 Set. 2015. Disponível em: <<http://theconversation.com/factcheck-is-south-africa-the-most-unequal-society-in-the-world-48334>>

BHORAT. H; HIRCH, A. The Political Economy of Monetary Policy in South Africa: Real Economy Outcomes In: _____ **Think Tank 20: The G20 and Central Banks in the New World of Unconventional Monetary Policy**, 2013 p77-80

BHORAT, H.; HIRSCH, A.; KANBUR, R.; NCUBE, M. **Economic Policy in South Africa: Past, Present, and Future.** Oxford University Press, 2013. 27p.

BHUNDIA, A. J; RICCI, L.A. The Rand Crises of 1998 and 2001: What Have we Learned? In: NOWAK, M.; RICCE, L.A. **Post-Apartheid: The first ten years.** Internacional Monetary Fund, 2006. p.156-173

BOND, P. The Mandela Years in Power. **Counter Punch**, 6 Dez 2013. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/2013/12/06/the-mandela-years-in-power/>>

BOTMA, T. **The conciliation movement in the cape colony during the Anglo-Boer war, 1899-1902.** Tese de mestrado, University of Cape Town, 1974.

BURGOYNE, L. **Factors Affecting Housing Delivery in South Africa: A Case Study of the Fisantekraal Housing Development Project, Western Cape.** Tese de Mestrado, 2008.

CARMODY, P. Between Globalization and (Post) Apartheid: The Political Economy of Restructuring in South Africa. **Journal of Southern African Studies**, Volume 28, Number 2, Jun 2002. p255-275

CASTELO BRANCO, L. **A Política Externa Sul-africana: do apartheid a Mandela.** Lisboa, Tese de doutorado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2003.

CHURCHILL, W. **Liberalism and the Social Problem.** 2 ed. Londres, Hodder and soughton, 1909. 448 p.

CLARK, N. L.; WORGER, W. H. **South Africa: The rise and fall of apartheid.** 3.ed. New York, Routledge, 2016. 258 p.

COPE, R. **The origins of the Anglo-Zulu war of 1879.** Tese de doutorado, University of Witwatersrand, 1995.

CSV. Why South Africa is so violent and what we should be doing about it. Statement by the Centre for the Study of Violence and Reconciliation, 2010. 5p.

EVERATT, D. **The politics of poverty**. Bangladesh e-Journal of Sociology. Volume 2, Number 1. January 2005

FAGE, J.D.; TORDOFF, W.. **História da África**. 1 ed. Lisboa, Edições 70, 2010. 694p.

FALLON, P.; PEREIRA de SILVA, L.A. South Africa: Economic Performance and Policies. **World Bank Paper on South Africa**. n.07. The World Bank Southern Africa Department, 1994

FEDDERKE, J. The Cost of Rigidity: The Case of the South African Labor Market. Symposium Article. Comparative Economic Studies, n.54, 2012. p.809-842.

GEBHARD, W. **Black perceptions of South African history**. Pretoria. University of Pretoria, 2009.

GILIOMEE, H. **The Afrikaners: Biography of a people**. 1.ed. Virginia. University of Virginia Press, 2003. 698p.

GUELKE, L; SHELL, R. Landscape of conquest: frontier Water alienation and Khoikhoi strategies of survival, 1652-1780. **Journal of Southern African Studies**, Vol. 18, No. 4 (Dec., 1992), p. 803-824, Dez. 1992.

GOWLLAND-GUALTIERI, A. **South Africa's Water Law and Policy Framework: Implications for the Right to Water**. International Enviromental Law Research Centre Working paper, n.3, 2007

HIRSCH, A. **Season of Hope: Economic reform under Mandela and Mbeki**. 1ed. Scottsville, University of KwaZulu-Natal Press, 2005. 292p.

HORTON, M. Role of Fiscal Policy in Stabilization and Poverty Alleviation In: NOWAK, M.; RICCE, L.A. **Post-Apartheid: The first ten years**. Internacional Monetary Fund, 2006. p.79-112

HURT, S.R. **Meeting the Challenges of Past and Present: Post-Apartheid South Africa's Reintegration into the Global Political Economy, 1994-1997**. Tese de Doutorado, University of Warwick, 1999

IBGE. Disponível em: < <http://paises.ibge.gov.br/#/pt/pais/africa-do-sul/info/sintese>>. Acesso em 13.Out.2016

IDC. **South African Economy**: An overview of key trends since 1994. Department of Research and Information, International Development Corporation, Dez 2013. 30p.

JAFFER, Z. The eight years of Jan van Riebeeck: The beginnings of the enduring legacy of exclusion. **The Journalist**. 16 Abr, 2015. Disponível em: <<http://www.thejournalist.org.za/spotlight/the-eight-years-of-jan-van-riebeeck>>

JERRY, S. **History and Culture, Republic of South Africa**: National Economy, Apartheid in South Africa, Ethnic Relations and history, Religion, Cultural, Government and leadership. Sonit Academy Group, Kindle Edition, 2015. 93p

KIEWIET, C. **A History of South Africa, Social and Economic**. 1ed. New York, Oxford University Press, 1941.304p.

LAWRENCE, P. **Class, colour consciousness and the search for identity: blacks at the Kimberley diamonds diggings 1967-1893**. Tese de Mestrado, University of Cape Town, 1994.

LESTER, A.J. **Conceptualizing Social Formation: Producing a textbook on South Africa**. Tese de PhD, University of London, 1995.

LEVY, P. **Sanctions on south africa: what did they do?** Economic Growth Center. Center discussion paper no. 796 . Yale University, 1999. 13p.

MACEDO, J.C. **Democracia, pobreza e políticas sociais nas democracias emergentes:** Brasil e África do Sul. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, 2015. 148p

MACMILLAN, W. **The Cape Colour question: a historical survey.** 1.ed. Califórnia, Hurst, 1969. 304p.

MAFEJE, A. South Africa: The Dynamics of a Beleaguered State. **African Journal of Political Economy.** Vol. 01 No. 1. 1986. p. 95-119

MAGUBANE ,B. The Political Economy of the South African Revolution. **African Journal of Political Economy.** Vol. 01 No. 1. 1986. p. 1-28

MANDELA, N. **Longo caminho para a liberdade: uma autobiografia.** São Paulo, Siciliano, 1995. 523p.

MIRACLE RISING: SOUTH AFRICA (2013) Direção: Brett Lotriet Best. The History TV, 2013

MOODIE, D. **The Rise of Afrikanerdom: Power, Apartheid, and the Afrikaner Civil Religion.** 1 ed. California. University of California Press, 1975 . 328p.

MWAKIKAGILE, G. **South Africa and Its People.** 1.ed. Pretoria. New Africa Press, 2008. 416p.

MWAKIKAGILE, G. **South Africa as a Multi-Ethnic Society.** 1ed. Dar el Salaam, Continental Press, 2010. 250p.

NAURIGHT, J. **Sport, Culture and Identities in South Africa.** 1ed. Virginia. Leicester University Press, 1997. 224p.

NKOSI, M. The South African Economy: Structural Changes and Implications for the Future. **African Journal of Political Economy**. Vol. 01 No. 1. 1986. p75-94

NTULI, S. **The Anglo-Zulu war of 1879**: The right hand column, with special reference to the zulu people defending themselves against the british invasion. Tese de mestrado, University of Zuzuland, 2002.

PACKER, I. **Liberal Government and Politics, 1905-15**. 1 ed. New York, Palgrave Mcmillan, 2006. 250p

PADAYACHEE, M. **South Africa's international financial relations, 1970-1987**: History, crisis and transformation. Durban, Tese de doutorado, University of Natal, 1989.

PADAYAVHEE, V. The South African Economy, 1994-2004. **Social Research**. Vol 73. N.3, 2005. p 549-580

PATEL, L. **Social welfare and Social Development in South Africa**. Oxford University Press Southern Africa, 2005.

POSEL, D. The Apartheid Project 1948-1970. In: ROSS, R. **The Cambridge History of South Africa**. Volume 2. Cape Town, Cambridge University Press, 2011. p. 319-368

RABE, M.E. **Black mineworkers' conceptualizations of fatherhood**: a sociological exploration in the south African goldmining industry. Tese de doutorado, University of South Africa, 2006.

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Development Indicator, 2010.

ROBERTS,S. Monetary Policy Within Macroeconomic Policy: An Appraisal in the Context of Reconstruction and Development. **Transformation**, N.32, 1997 p54-78

ROBINSON, D; SMITH, D. **Sources of the African Past**. 1ed. London, Heinemann; New York, Africana Publishing Company, 1979. 203p.

RODRIGUEZ, M. **Confrontational christianity**: contextual theology and its radicalization of the south african anti-apartheid church struggle. Tese de mestrado, University of central Florida, 1997.

ROSS, R.J. Smallpox at the Cape of Good Hope in the Eighteenth Century. In:_____. **African Historical Demography**, Vol.1. Edinburgh: University of Edinburgh, Centre for *African Studies*, 1977. p 416-428

ROTBURG, R. **The Founder: Cecil Rhodes and the Pursuit of Power**. 1 ed. New York, Oxford University Press, 1988. p 854

SA HISTORY. Disponível em <<http://www.sahistory.org.za/>>. Último acesso em 17 de Março de 2017

SARB. Disponível em: <<https://www.resbank.co.za/Research/Statistics/Pages/Statistics-Home.aspx>>. Último acesso em 17 de Março de 2017

SCHWARTZMAN, K; TAYLOR, K. What caused the collapse of apartheid? **Journal of Political and Military Sociology**, Vol. 27 No. I (Summer) 1999. p 109-139

SEFIKA, M.S. **The Privatisation of Public Housing in South Africa**: Incremental Upgrading processes in Mangaung. Tese de Doutorado, University of the Free State, 2012

SPARKS, A. **Tomorrow is another Country**: The Inside Story Of South Africa. Road to Change. 1ed. New York, Hill & Wang, 1995. 254p.

SOKO, M.S. **Re-engaging with the Global Trading System**: The Political Economy of Trade Policy Reform in Post-Apartheid South Africa, 1994-2004. Tese de Doutorado, University of Warwick, 2004.

STALS, C. **Monetary policy objectives in South Africa in the environment of financial globalization**. Monthly Meeting of the Bank for International Settlements (BIS) in Basle. 14 de maio de 1998 Disponível em:
<www.bis.org/review/r980518v.pdf>

STATS SA. Disponível em <<http://www.statssa.gov.za/>>. Último acesso em 17 de Março de 2017

STORER, D.; TEIJEUER, E. **Administered Prices**: Executive Report. A report for National Treasury, 2003. 44p.

STREAK, J.C. The Gear Legacy: did Gear fail or move South Africa forward in development. **Development Southern Africa**, Vol. 21, No. 2, Jun 2004. p.271-288

SWANSON, M. The Asiatic Menace: Creating Segregation in Durban, 1870-1900. **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 16, No. 3, 1983. p. 401-421

TAMARKIN, M. **Cecil Rhodes and the Cape Afrikaners: The Imperial Colossus and the Colonial Parish Pump**. 1 ed. Oxforshire, Routledge, 1996. 344p.

TJBANE, M. **Education Policy and Social Justice in Higher Education: A South African Case Study**. Tese de Doutorado, University of Pretoria, 2010

TUROK, I. **Urbanisation and Development in South Africa: Economic Imperatives, Spatial Distortions and Strategic Responses**. International institute for environment and development, Working paper 8, 2012

TURRELL, R. **Capital and Labour on the Kimberley diamond fields 1871-1890**. 1ed. Cambridge. Cambridge University Press, 1987. p 1-18

UNAIDS. **Report on the global AIDS epidemic**. 4th global report, 20014.

VALJI, N. **Creating the Nation: The Rise of Violent Xenophobia in the New South.** Tese não publicada de mestrado, York University, 2003.

VAN DER BERG, S.; BURGER, Rulof; BURGER, Ronelle; LOUW, Megan; YU, D. Trends in poverty and inequality since the political transition. Working paper 06/104. Março, 2006

WORLD BANK DATA. **South Africa Data.** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Último acesso 15 de Março de 2017

WORDEN, N. **The making of a modern South África: Conquest, Apartheid, Democracy.** 5ed. West Sussex. Wiley-Blackwell, 2012. 224p.

YU, D. **The South African labour market: 1995-2006.** Stellenbosch Economic Working Papers, 2008. 47p.